

ROSIVALDO GOMES DE SÁ SOBRINHO

**AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA E CONSERVAÇÃO DOS
RECURSOS NATURAIS NOS ASSENTAMENTOS CAJUEIRO E
FORTALEZA NO MUNICÍPIO DE UNA-BA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2003

ROSIVALDO GOMES DE SÁ SOBRINHO

**AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS
NATURAIS NOS ASSENTAMENTOS CAJUEIRO E FORTALEZA NO
MUNICÍPIO DE UNA-BA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA: 24 de abril de 2003.

Irene Maria Cardoso

Franklin Daniel Rothman

Cristine Carole Muggler
(Conselheira)

Sheila Maria Doula
(Conselheira)

José Ambrósio Ferreira Neto
(Orientador)

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer as todas forças divinas, enfatizando o respeito às diferentes formas de se acreditar em Deus.

Agradeço aos meus familiares, principalmente meus pais e irmãos, pelo total apoio e respeito às minhas decisões desde que optei em deixar a convivência familiar para dedicar-me aos estudos, e, como originário de família pobre, não poderia deixar de agradecer todo o empenho para que fossem satisfeitas minhas necessidades materiais, em muitos momentos, com o sacrifício dos seus próprios desejos.

Quero agradecer o apoio e a paciência dos amigos e colegas de curso, nos momentos de alegria ou de desabafos, no ambiente de trabalho ou durante à diversão.

À minha companheira e amiga Cláudia Suassuna, com quem partilhei os melhores e piores momentos dessa “aventura teórica”. A essa pessoa maravilhosa, agradeço todos os conselhos, preocupações partilhadas, e tantas outras contribuições imprescindíveis para a realização deste trabalho.

Aos companheiros de movimento estudantil, meio ao qual devo grande parcela de amadurecimento político, e formação enquanto cidadão, durante as muitas discussões e reflexões sobre as idéias e ideais, que orientavam os projetos de vida dos militantes.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realização do curso de Mestrado em Extensão Rural, bem como a CAPES, pela concessão da bolsa de estudos durante o curso.

Aos docentes do Departamento de Economia Rural, principalmente aqueles que tive oportunidade de conviver durante o curso, pela contribuição em minha formação acadêmica e profissional.

Aos agricultores dos assentamentos Cajueiro e Fortaleza, pela disponibilidade em conceder as informações durante o trabalho de campo.

Ao professor José Ambrósio, pela orientação séria e profissional, pela sinceridade nas críticas e sugestões que resultaram na construção deste trabalho.

Às professoras Cristine Carole Muggler e Sheila Maria Doula, pelas contribuições apresentadas para a melhoria da qualidade deste trabalho.

Ao professor Franklin Rothman, e a professora Irene Cardoso, por terem aceitado o convite para participarem da banca de defesa.

Aos funcionários do DER, sempre predispostos a nos ajudar.

A todos que de alguma forma tem dado a sua contribuição para que a cada dia nos tornemos mais aptos a enfrentar às tarefas e os desafios que se apresentam.

BIOGRAFIA

ROSIVALDO GOMES DE SÁ SOBRINHO, filho de Álvaro Ribeiro dos Santos e de Amelice de Sá Santos, nasceu em Itacaré-BA, no dia 31 de maio de 1971.

Durante o ensino de 1.^o grau foi aluno das Escolas Reunidas Aurelino Leal, e do Centro Educacional Cenecista de Itacaré, no município de Itacaré-BA. Coursou o ensino médio no Instituto Municipal de Educação em Ilhéus-BA, durante os anos de 1987 a 1989 e ingressou no curso de Agronomia da Universidade Federal de Viçosa-MG em 1991.

Durante o período de graduação participou ativamente do movimento estudantil da agronomia, com passagens pelo Centro Acadêmico e pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), momentos tidos como de grande importância para sua formação pessoal e profissional.

Após o término do curso em fevereiro de 1997, iniciou uma aventura profissional pelo país, passando pelos estados de Santa Catarina, Tocantins, Bahia e Rio Grande do Norte, período em que amadureceu seu projeto de realização do mestrado, ingressando em abril de 2001 no Programa de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, submetendo-se à defesa de dissertação em 24 de abril de 2003.

ÍNDICE

	Página
LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE SIGLAS	viii
RESUMO	x
ABSTRACT	xii
1. INTRODUÇÃO	1
2. DA LUTA POR REFORMA AGRÁRIA À FORMAÇÃO DE ASSEN- TAMENTOS RURAIS NO BRASIL	7
2.1. Conseqüências sócio-econômicas e ambientais de uma políti- ca de modernização agrícola	10
2.2. A demanda por reforma agrária e a ação dos movimentos so- ciais	14
3. AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E POLÍTICA CONSERVACIO- NISTA BRASILEIRA	21
3.1. Desenvolvimento sustentável e agricultura sustentável	22
3.2. Demandas pela conservação ambiental	27
4. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO CACAUEIRA	34

	Página
4.1. Relação da lavoura cacaueira com a preservação da Mata Atlântica	37
5. A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS CAJUEIRO E FORTALEZA: UM RESGATE HISTÓRICO	43
5.1. Localização e caracterização dos assentamentos	47
5.2. Os assentamentos Cajueiro e Fortaleza e a demanda pela conservação ambiental	49
5.2.1. Extração de madeira	56
5.2.2. Lavouras de milho e feijão	57
5.2.3. Cultivo de mandioca	58
5.2.4. Extrativismo da piaçava	61
5.2.5. Sistemas agroflorestais	63
6. AS PROPOSTAS PARA O MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS E INCENTIVOS À SUA ADOÇÃO	66
6.1. Da dependência financeira à falta de continuidade das ações .	69
6.2. O estado de conservação dos recursos naturais nos assentamentos	75
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
APÊNDICES	93
APÊNDICE A	94
APÊNDICE B	95
APÊNDICE C	96

LISTA DE FIGURAS

	Página
1 Crescimento populacional de Ilhéus e Itabuna	39
2 Localização do município	48
3 Retirada de estaca no Assentamento Cajueiro	57
4 Agricultor carregando balaio de beiju	60
5 Crescimento de piaçava em área degradada	62
6 Sistema cacau seringa	65
7 Sistema implantado em áreas de capoeira	75
8 Reserva do assentamento Cajueiro	76
9 Plantio de mandioca e seringueira	78

LISTA DE SIGLAS

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

CUT - Central Única dos Trabalhadores.

EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IESB - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens.

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra.

MNS - Movimento Nacional dos Seringueiros.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

NMS - Novos Movimentos Sociais.

ONG's - Organizações Não Governamentais.

PCB - Partido Comunista Brasileiro.

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária.

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

REBIU - Reserva Biológica de Una.

Rede PTA - Rede de Projetos em Agricultura Alternativa.

UDR - União Democrática Ruralista.

ULTAB - União dos Lavradores Trabalhadores na Agricultura do Brasil.
WWF - World Wildlife Fund.

RESUMO

SÁ SOBRINHO, Rosivaldo Gomes de, M.S., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2003. **Agricultura de subsistência e conservação dos recursos naturais nos assentamentos Cajueiro e Fortaleza no município de Una-BA.** Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto. Conselheiros: Cristina Carole Muggler e Sheila Maria Doula.

A formação de assentamentos de reforma agrária no Brasil, é resultado da mobilização crescente de trabalhadores rurais sem terra, que buscam por meio da reforma agrária a conquista de condições básicas de subsistência. No Sul da Bahia a formação de assentamentos é consequência da mobilização de trabalhadores desempregados das fazendas de cacau, durante o período de crise que se abateu sobre essa cultura a partir da década de 80 e que foi agravada no final desse período como o surgimento da vassoura-de-bruxa. Diferente de outras culturas, a lavoura cacaueira permitiu a conservação de remanescentes de Mata Atlântica na região durante os mais de 300 anos de sua implantação. Com a crise, emergiram novas demandas produtivas que aumentaram a pressão sobre os remanescentes florestais existentes, no mesmo período em que crescem as campanhas que visavam a conservação dessa floresta. A pesquisa foi realizada, nos assentamentos Cajueiro e Fortaleza, no Município de Una, na região cacaueira da Bahia, e teve como objetivo, compreender a relação estabelecida entre a demanda pela produção

e a conservação dos recursos naturais nesses assentamentos, que estão localizados no entorno da Reserva Biológica de Una. A demanda pela conservação dos remanescentes florestais desses assentamentos, visa atender à necessidade da formação de corredor ecológico que permita a interligação da reserva com outros remanescentes florestais. Esta demanda se estabelece em conflito com as práticas produtivas tradicionalmente utilizadas pelos assentados, que estão fundamentadas no sistema corte/queima. A forma como está sendo proposto o manejo das lavouras nos assentamentos tem visado a superação do manejo tradicional, atendendo aos objetivos da campanha nacional que tem como objetivo extinguir derrubadas e queimadas na Mata Atlântica. Os trabalhos vêm sendo desenvolvidos a partir da mediação de uma Organização Não Governamental (ONG), que atuando nos assentamentos buscou uma proposta de manejo que atendesse as demandas conservacionistas e as necessidades produtivas nos assentamentos. A proposta de conservação ambiental leva para os assentamentos a necessidade de mudanças nas atividades desenvolvidas, para implementação de novas práticas produtivas. Apesar da crescente demanda pela conservação na região, a pesquisa demonstrou a falta de incentivos para que um maior número de famílias adotem o manejo proposto, e, a partir destes, seja superado o dilema entre a conservação e a garantia da subsistência das famílias assentadas.

ABSTRACT

SÁ SOBRINHO, Rosivaldo Gomes de, M.S., Universidade Federal de Viçosa, April 2003. **Subsistence agriculture and conservation of the natural resources in the establishments Cajueiro e Fortaleza in Una, Bahia.** Adviser: José Ambrósio Ferreira Neto. Committee Members: Cristine Carole Muggler and Sheila Maria Doula.

The formation of establishments of land reform in Brazil is the result of the growing mobilization of rural landless workers that seek, through the agrarian reform, the conquest of basic conditions of subsistence. In the south of the State of Bahia, the formation of establishments is a consequence of the mobilization of cocoa farms unemployed workers, during the crisis period that fell on that culture starting from the 80's and that was worsened in the end of that period with the appearance of the witch's broom. Different from other cultures, the cocoa farming allowed the conservation of Atlantic Forest remainders in the area during over 300 years of its implantation. With the crisis, they emerged new productive demands, which increased the pressure on the existent forest remainders, at the same time that the campaigns that sought the conservation of that forest grow. The research was accomplished, in the establishments Cajueiro and Fortaleza, in Una, in the cocoa area of the State of Bahia, and its aim was to understand the established relationship between the demand for the production and the conservation of the natural resources in

those establishments, that are located in the overturn of Una's Biological Reservation. The demand for the conservation of the forest remainders of those establishments, seeks to assist the need of ecological corridor's formation that allows the interconnection of the reservation with other forest remainders. This demand is established in opposition to the productive practices traditionally used by the establishments, that are based in the system cutting/firing. The way the handling of the farmings is being proposed in the establishments has approved the overcome of the traditional handling, assisting to the aims of the national campaign that has the purpose of extinguishing falling of trees and forest fire in the Atlantic Forest. The works have been developed starting from the mediation of a Non Governmental Organization, that acting in the establishments, looked for a handling proposal to assist the conservative demands and the productive needs in the establishments. The proposal of environmental conservation brings to the establishments the need of changes in the developed activities in order to introduce new productive practices. In spite of the growing demand for the conservation in the area, the research demonstrated the lack of incentives so that a larger number of families adopt the proposed handling, and, starting from these, the dilemma between the conservation and the warranty of the subsistence of the family seated might be overcome.

1. INTRODUÇÃO

A formação de assentamentos rurais no Brasil é resultado de diferentes demandas populares, mobilizações e reivindicações, que compõem a história da luta por reforma agrária no país. Tomando-se como base as mudanças no padrão tecnológico da agricultura brasileira, principalmente a partir de 1960, é possível verificar que a luta pelo acesso à terra tem sua origem nas demandas de pequenos agricultores expropriados pelo avanço da fronteira agrícola e na grande massa de desempregados rurais, consequência da tecnificação e da mecanização da agricultura ou do declínio do modelo de desenvolvimento agrícola, adotado em determinada região, como será observado no sul da Bahia.

Assim como ocorreu em todo o país, na região sul da Bahia a formação de assentamentos de reforma agrária é crescente a partir do final da década de 80, e na região, coincidiu com o período marcado pelo declínio da lavoura cacaueira, principal atividade econômica regional. Os assentamentos formados na região cacaueira resultam da mobilização de desempregados das fazendas de cacau que, organizados por meio de movimentos sociais, buscavam no acesso a terra, à conquista de estruturas produtivas que garantisse a sua subsistência. Nesse período, é também crescente a demanda pela conservação da Mata Atlântica, reconhecida como patrimônio nacional e

posteriormente como Reserva da Biosfera¹, quando irá aumentar a atuação de entidades ambientalistas preocupadas com a conservação dos remanescentes florestais da região. A partir da atuação dessas entidades, têm sido introduzidas nos assentamentos novas propostas para o manejo dos recursos naturais existentes, que visam atender às demandas da campanha nacional lançada pela SOS Mata Atlântica, cujos objetivos são a extinção de derrubadas e queimadas em áreas remanescentes desta floresta e a interligação dos remanescentes florestais através de corredores ecológicos².

A pesquisa foi realizada nos assentamentos Cajueiro e Fortaleza, escolhidos por estarem localizados no entorno da Reserva Biológica de Una. Essa reserva foi criada em 1980 e tinha como principal objetivo a preservação do mico-leão de cara dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), espécie ameaçada de extinção e endêmica na região. Essa unidade de conservação, segundo o Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do sul da Bahia (IESB), tem como objetivos preservar os recursos naturais em sua área, para fins de pesquisa, e ainda, promover práticas que visem à preservação e recuperação de áreas do seu entorno, para que sirvam de corredor ecológico ligando-a a outros remanescentes florestais, evitando, desta forma, que ela torne-se um fragmento de mata isolado.

A proximidade com a reserva faz com que a pressão pela conservação dos recursos naturais torne-se mais evidente nesses assentamentos, onde a proposta trabalhada está associada às estratégias que visam contribuir com os objetivos estabelecidos pela reserva. Portanto, do ponto de vista das entidades ambientalistas, esses assentamentos são áreas importantes para a formação de corredores ecológicos que interliguem a reserva a outras unidades de conservação e a remanescentes florestais existentes na região. Esta demanda é inserida nos assentamentos através da atuação de organizações não governamentais, cuja finalidade é a implementação de um plano de manejo que incorpore nas atividades desenvolvidas pelas famílias assentadas, a preocupação com a conservação dos recursos naturais, na perspectiva de que

¹ Segundo a UNESCO, Reserva da Biosfera é um instrumento de conservação ambiental que privilegia o uso sustentado dos recursos buscando atender as necessidades das populações locais e promover uma melhor interação entre os seres humanos e o meio ambiente.

² Essa estratégia visa superar a formação de unidades de conservação isoladas, e propõe a interligação das diversas unidades a outros remanescentes florestais existentes em diferentes regiões do país.

as práticas propostas possam promover a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas e a diminuição da pressão sobre as áreas florestadas.

A demanda pela conservação ambiental pressupõe, tanto o estabelecimento de uma relação da reserva com as populações do entorno, como estabelece um modelo para que essas populações utilizem os recursos naturais existentes. Ela requer a introdução de diferentes métodos produtivos e uma agricultura associada a práticas de conservação dos recursos naturais. Para isso, faz-se necessário o desenvolvimento de ações que resultem em uma maior consciência quanto à utilização desses recursos e que, simultaneamente, responda às necessidades produtivas das famílias agricultoras.

Promover práticas de conservação dos recursos naturais, que simultaneamente atendam às necessidades das famílias assentadas, de forma que estas possam, a partir das novas práticas, obter um padrão de vida superior ao que possuem com a utilização das práticas tradicionais e, ou, convencionais, é um dos desafios que se estabelece para as instituições e entidades que se predisponham a trabalhar com a questão sócio-ambiental.

Partindo-se do pressuposto de que as tomadas de decisões humanas estão fundamentadas na racionalidade, as pessoas passariam a agir racionalmente de forma mais voltada para a conservação, se conseguissem observar nas mudanças propostas pelas entidades de mediação, possibilidades de obterem ganhos pessoais com melhoria nos seus padrões de vida atual. Porém, a implantação dessa proposta não se aplica de uma forma tão simples, ela requer uma mudança de comportamento das pessoas e, de certa forma, contrapõe a tudo o que havia sido difundido em termos de agricultura moderna nas últimas quatro décadas. Portanto, essa mudança sugere um reaprendizado e, em algumas situações, uma ruptura com práticas que vêm sendo utilizadas, como as queimadas e uso de agrotóxicos, bem como a valorização de práticas que tradicionalmente têm permitido a convivência da pequena agricultura com os remanescentes florestais. Para que seja implementada, a proposta precisa ser aceita individualmente por cada assentado, cabendo às entidades ambientalistas, buscarem os meios necessários para incentivar as pessoas a adotarem uma nova forma de manejo dos recursos naturais em suas propriedades.

Com base na situação observada nos assentamentos Cajueiro e Fortaleza orientou-se a pesquisa a partir da seguinte questão: Como os assentados desenvolvem suas práticas agrícolas diante das condições impostas pelas exigências de conservação ambiental?

A partir desse questionamento, buscou-se como objetivo geral do estudo, analisar os impasses e dilemas estabelecidos entre as práticas produtivas voltadas para a garantia da subsistência familiar nos assentamentos Cajueiro e Fortaleza, e as demandas pela conservação dos recursos naturais do entorno da Reserva Biológica de Una. Para alcançar tal objetivo, orientou-se a investigação a partir dos seguintes objetivos específicos:

1. Analisar como se deu a implantação destes assentamentos e como se estabelece a relação entre as famílias assentadas e a entidade administradora da reserva;
2. Analisar como os assentados interpretam a relação com a natureza e a necessidade de produção;
3. Identificar e analisar quais as principais atividades produtivas realizadas nos assentamentos e que impactos elas causam sobre o meio ambiente;
4. Analisar se as práticas produtivas adotadas pelas famílias incorporam as demandas pela conservação ambiental.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas nos municípios de Ilhéus e de Una com entidades ligadas ao desenvolvimento de ações conservacionistas na região. As informações foram coletadas com duas Organizações Não Governamentais, o Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Bahia (IESB), onde foi entrevistado o coordenador técnico da Cooperativa de Pequenos Produtores do Município de Una (COOPERUNAU.) e no Jupará, entidade que presta assessoria aos assentamentos estudados, a entrevista foi realizada a presidente da entidade, agricultora do Assentamento Cajueiro. Devido a indisponibilidade de tempo dos membros não houve entrevistas com técnicos da entidade. Foi também realizada uma entrevista com um funcionário do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), responsável pela administração da reserva. Nos assentamentos, foram realizadas 10 entrevistas com lideranças reconhecidas pelos assentados e com diretores das associações.

Como critério para o reconhecimento das lideranças foi perguntado no assentamento quem seriam as pessoas que poderiam dar as informações sobre a formação e organização do assentamento, e à mediada em que se deslocava para as residências das lideranças citadas, foram aplicados 22 questionários visando a obtenção de dados dos agricultores com relação às suas práticas produtivas, tipos de cultura, área plantada, finalidade de cada cultivo, quantidade comercializada, entre outros.

O questionário foi elaborado com questões diretas, abertas e fechadas, e sua aplicação se deu de forma aleatória, levando-se em conta a facilidade de acesso aos lotes e, respeitando a disponibilidade e a vontade dos agricultores para fornecerem tais informações. Foram encontrados agricultores que se recusaram conceder a entrevista, ou responder o questionário, alegando indisponibilidade de tempo ou falta de interesse pelo assunto.

As análises das informações obtidas durante a pesquisa estão descritas nos próximos capítulos, onde objetivou-se discutir a demanda pela conservação ambiental, segundo os diferentes pontos de vista dos assentados. Essa discussão foi iniciada no capítulo 2, onde se fez um breve resgate das lutas pela reforma agrária, a partir da década de 60, sendo o crescimento destas, consequência da modernização da agricultura brasileira e do modelo de desenvolvimento adotado no país, chegando-se a uma política de assentamentos rurais a partir da década de 80. No capítulo 3, fez-se a discussão entre a modernização da agricultura e a política de conservação ambiental adotada no Brasil, enfatizando as críticas a ambos os modelos, que resultaram na emergência do movimento ambientalista brasileiro e nas discussões sobre a aliança entre desenvolvimento econômico e a conservação ambiental que dão origem ao conceito de desenvolvimento sustentável. Finalizou-se o capítulo, abordando-se o crescimento das demandas pela conservação ambiental no país. No capítulo 4, buscou-se caracterizar a região onde foi desenvolvida a pesquisa, fez-se a discussão sobre a relação estabelecida entre a lavoura cacaueira e a conservação de remanescentes de Mata Atlântica no sul da Bahia, e a crise que se abateu sobre essa lavoura no final dos anos 80. No capítulo 5, abordou-se a formação dos assentamentos, a relação entre as atividades produtivas e as demandas pela conservação ambiental na região cacaueira da Bahia. No capítulo 6, a discussão aborda a

introdução da demanda pela conservação ambiental nos assentamentos, a atuação da entidade de mediação e a relação estabelecida entre a proposta conservacionista e as práticas utilizadas pelos assentados. No capítulo 7 são apresentadas as considerações finais a respeito dos pontos levantados.

2. DA LUTA POR REFORMA AGRÁRIA À FORMAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

Atualmente, as discussões a respeito da reforma agrária no Brasil estão presentes em diversos setores da sociedade, dentre os quais podem ser destacados, a sociedade civil, os movimentos sociais, a academia, os governos e os partidos políticos. Resultante da interação e dos debates realizados entre esses setores, pode-se perceber uma ampla gama de abordagens em torno da elaboração de uma política de reformas para setor agrário brasileiro. Elas, se por um lado, representam o enriquecimento das discussões a respeito desse tema, por outro, demonstram a inexistência de um consenso em relação ao que vem a ser reforma agrária, sua real necessidade; e os meios pelos quais ela poderia ser realizada. Essas discussões representam uma evolução na abordagem desse tema no país, que, em décadas anteriores foi visto como subversão e como ameaça à segurança nacional.

As diferentes demandas e os novos tratamentos dados à questão agrária no Brasil podem representar a preocupação e o interesse da sociedade brasileira com relação a esse tema, o que ocorreu em meio à intensas mobilizações sociais durante o processo de redemocratização do país. A partir desse processo, a reforma agrária deixou de ser apenas uma demanda dos movimentos sociais e passou a ocupar lugar de destaque em programas governamentais, de diferentes partidos políticos e se destacando como

importante tema de pesquisas científicas nas mais diferentes áreas do conhecimento.

Os discursos elaborados favoráveis ou contrários à reforma agrária resultam de diferentes correntes teóricas, concepções ideológicas, perspectivas e, ou, opiniões pessoais, tanto de trabalhadores como de grandes proprietários de terras do país. Suas abordagens diferenciam-se de acordo com as concepções de cada grupo de interesse, quando relacionadas à questão da necessidade e do modo de se realizarem reformas na estrutura fundiária nacional que permitam o acesso à terra, aos trabalhadores rurais sem terra. Atualmente uma parcela da sociedade posiciona-se a favor da reforma agrária, existindo aqueles que defendem a sua realização, desde que não haja violência, sendo a noção de violência, geralmente associada às ocupações de terras e de prédios públicos promovidas pelos movimentos sociais. Outros entendem que a reforma agrária poderia ser realizada com prévia negociação com os “proprietários da terra³”, existindo ainda, aqueles que se manifestam contrários à sua realização.

A formação dos assentamentos rurais, apesar de diferentes enfoques e das diversas situações em que ocorre, tem sua raiz na demanda de grande parcela da sociedade, que organizada em diferentes movimentos sociais, historicamente tem lutado pelo acesso à terra como meio para a garantia da subsistência. Portanto, a reforma Agrária aqui é abordada como um processo que pode proporcionar uma distribuição mais eqüitativa das terras e da riqueza nacional, capaz de inserir uma grande parcela descapitalizada da população brasileira na estrutura produtiva do país (GONÇALVES, 2001).

A reivindicação por reformas na estrutura agrária brasileira tem sido uma bandeira crescente dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra, que, no início da década de 60, tinham suas demandas pautadas sobre a necessidade de acesso à terra e o discurso de reforma agrária era posto com uma carga ideológica de revolução socialista que buscava a promoção de mudanças radicais na estrutura social e econômica do país, que encontrava-se sob ditadura militar. Durante o processo de redemocratização do país, na

³ O destaque para esse termo está relacionado com as dúvidas que pairam sobre a veracidade dos documentos comprobatórios da posse legal da terra nas diferentes regiões do país, e ainda, pela comprovação de áreas devolutas que se encontram nas mãos de grandes fazendeiros.

efervescência das discussões com outros movimentos sociais, as reivindicações por terra incorporaram a necessidade de lutar também, por condições que possibilitem a viabilização da produção, o acesso à educação, à saúde e ao bem-estar das famílias assentadas, não bastando para isso, apenas a conquista de um pedaço de terra, mas também, dos meios pelos quais possa torná-la produtiva. É com o processo de redemocratização do país que os movimentos sociais por reforma agrária incorporar novas demandas às suas reivindicações, ou seja, a luta pela terra passa a ser também a luta por direitos sociais, por cidadania e por melhores condições de vida.

Essa luta é bem representada pela intensa mobilização de desempregados do meio rural, não apenas das regiões onde as terras foram ocupadas por grandes projetos de agricultura tecnificada, mas também em locais onde o modelo de exploração agrícola existente vem se desestruturando, a exemplo das reivindicações por reforma agrária promovidas pelos trabalhadores desempregados de regiões canavieiras de Pernambuco e de Campos no Rio de Janeiro, e da lavoura cacaueteira na Bahia.

A atuação dos movimentos ganha maior força e popularidade, a partir de meados da década de 70, período em que surgem no país, outros movimentos, não ligados à luta por terras, mas, mobilizados a partir de demandas ligadas a direitos sociais, a questões étnicas, de gênero e também a questões ecológicas. Esses movimentos são definidos por GOHN (1997) como novos movimentos sociais⁴, que surgem na classe média e “estão mais preocupados em assegurar direitos sociais já existentes ou a serem adquiridos para a sua clientela” (GOHN, 1997:125). Tais movimentos, segundo a autora, buscam a correlação de suas ações com a necessidade de mudanças nas estruturas sociais como um todo.

Entre os novos movimentos sociais, encontra-se o movimento ambientalista, que surge no país durante o enfraquecimento do regime militar, e tem suas reivindicações pautadas, segundo VIOLA (1987), na defesa da conservação dos recursos naturais e na construção de um novo modelo de desenvolvimento, articulando questões econômicas, sociais e ambientais.

⁴ De acordo com Gohn não existe um consenso na definição do termo Novos, porém, o que realmente existe de novo são as novas formas de fazer política e a politização de novos temas (GOHN, 1997:124).

As bandeiras levantadas por esse movimento irão repercutir no movimento por reforma agrária, pois, o discurso em defesa da conservação ambiental pressupõe a interligação entre demandas sociais e ambientais, porém, em muitos momentos, contrariam a formação dos assentamentos ou coloca para as famílias assentadas demandas que podem tornar inviáveis a implantação de práticas para o atender suas necessidades produtivas. Isso, em determinadas situações, aparece em relação de conflito⁵ quando assentamentos são formados em áreas de interesse ambiental ou quando demandas por conservação inviabilizam a formação de assentamentos. Tais situações, demonstram a inexistência de um consenso entre demandas sociais pelo acesso à terra e os interesses pela conservação dos recursos naturais.

2.1. Consequências sócio-econômicas e ambientais de uma política de modernização agrícola

As mudanças no padrão tecnológico da agricultura brasileira, que caracterizam sua modernização estão fundamentadas na concepção científica cartesiana e baconiana. Tais visões orientam o pensamento científico ocidental, no qual a natureza deve ser utilizada e manipulada para satisfação das necessidades dos seres humanos, cabendo à ciência, o papel de compreender os processos e os fenômenos, sistematizá-los e reproduzi-los para promoção do bem-estar da população humana.

O modelo de agricultura implementado no país a partir da década de 60 tem suas raízes nessa concepção e resulta de intensas pesquisas científicas e tecnológicas desenvolvidas em países do primeiro mundo, principalmente nos Estados Unidos. Tais pesquisas visavam alcançar a eficiência produtiva da agricultura que atendesse à demanda crescente do setor industrial, e para isso fazia-se necessário desenvolver tecnologias que permitissem o aumento da produção e da produtividade agrícola. Esse modelo foi posteriormente exportado para outros países, sendo imposto aos de terceiro mundo, com o discurso de combate à fome e à pobreza.

⁵ O termo conflito é definido por MELUCCI (1989:57), como “uma relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor”.

Os estudos realizados a respeito do padrão de desenvolvimento importado pelo Brasil, principalmente nos anos 60 e 70, durante o período da ditadura militar, demonstram que sua implantação esteve diretamente relacionada com a importação da tecnologia e dos produtos agrícolas desenvolvidos para a agricultura norte-americana. A importação de tal modelo deu-se a partir da disponibilização de grande volume de capital financeiro, financiado por agências norte-americanas através do governo brasileiro, que possibilitou a aquisição dos produtos da moderna tecnologia em expansão nos Estados Unidos.

O processo de modernização conservadora⁶ da agricultura brasileira pode ser compreendido como a opção política do Estado em promover o desenvolvimento agrícola nacional fundamentado no modelo produtivista norte-americano. Essa opção privilegiou os interesses das oligarquias nacionais, favorecendo-as com políticas que permitiram o aumento da acumulação capitalista e a concentração das terras no país. Esse novo padrão de desenvolvimento que caracterizou a “Revolução Verde⁷”, tinha como pressuposto a substituição das práticas agrícolas tradicionais por uma agricultura intensiva, com o emprego de grande quantidade de insumos modernos, atribuindo à nova agricultura, a necessidade de investimento de grande quantidade de capital, segundo os moldes da agricultura capitalista moderna.

Para alcançar os índices produtivos estabelecidos por esse modelo, foram promovidas mudanças nos setores mecânicos, físico-químicos e biológicos da agricultura brasileira (DELGADO, 1985; GONÇALVES NETO, 1997), que permitiram o emprego de pacotes tecnológicos da chamada Revolução Verde, com o uso intensivo de substâncias químicas, inseticidas, herbicidas, fungicidas e fertilizantes, visando uma maior rotatividade e retorno do capital investido na agricultura, a partir do aumento da produtividade, da

⁶ A referência à modernização conservadora é utilizada por autores como José Graziano da Silva, para referir-se à opção política governamental pela promoção da modernização das atividades produtivas no campo, sem alteração da estrutura fundiária do país caracterizada pela presença dos latifúndios.

⁷ O termo é utilizado para referir-se às mudanças na produção agrícola, que, na busca de ganhos em produtividade, vinculou a agricultura à utilização de pacotes tecnológicos baseados na utilização intensiva de insumos químicos, variedades melhoradas, irrigação e mecanização.

diminuição dos ciclos produtivos e da necessidade de mão-de-obra no setor agrícola.

A utilização dos insumos modernos tinha como objetivo garantir, de forma artificial, um ambiente ótimo para que as variedades melhoradas, principalmente através das técnicas de hibridação⁸, pudessem expressar o máximo da sua potencialidade produtiva. De acordo com DELGADO (1985), e GRAZIANO (1997), a introdução desse padrão ocorre tanto pela responsabilidade atribuída à agricultura de responder às demandas industriais crescentes, quanto para incentivar a introdução e expansão de lavouras destinadas à exportação. Por um lado, a agricultura deveria passar a ser consumidora dos produtos agrícolas desenvolvidos pelas empresas à montante da produção agrícola (produtoras de máquinas, produtos químicos e sementes), e posteriormente, deveria atender às demandas e aos padrões exigidos pelas indústrias processadoras de alimentos e pelo mercado. Dentre as exigências, pode-se destacar a padronização de características como tamanho, coloração, sabor, resistência à pragas, ao transporte e ao armazenamento, entre outros.

GONÇALVES NETO (1997) refere-se à implantação desse modelo fundamentado em quatro linhas básicas: o aumento da produtividade de alimentos, o incentivo ao uso de insumos modernos, o fortalecimento do crédito rural e o incentivo à industrialização no meio rural. Assim, pode-se compreender a modernização da agricultura brasileira como uma política de incentivos às inovações tecnológicas do setor agrícola, voltados para a satisfação das demandas do setor industrial, principal beneficiado, não apenas com o crescimento da produção agrícola nacional mas também, com a ampla política de créditos concedidos pelo governo federal para a implantação dos parques agroindustriais.

Além das estratégias produtivista, o modelo de desenvolvimento agrícola implantado no país pode ser também caracterizado pelo caráter

⁸ Processo de manipulação que consiste no cruzamento de diferentes variedades com a finalidade de selecionar as características mais desejáveis para fins agrícolas. Entre elas a produtividade, precocidade e resistência a pragas e doenças. Esta tecnologia difere do que temos hoje como organismos geneticamente modificados (transgênicos), pois nesses casos é realizada a manipulação genética das espécies desejadas, inserindo-se na sua informação genética, a característica que se deseja obter. Nestes casos, ela pode ter sido adquirida de uma espécie diferente animal ou vegetal. Como, por exemplo, de um microrganismo.

discriminatório da sua política de implantação, que atendeu aos interesses de grupos oligárquicos e priorizou o investimento nos latifúndios. Essa política agrícola esteve aliada ao uso intensivo de capital, financiado principalmente pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), concedido a juros reais negativos (DELGADO, 1985; GRAZIANO, 1997). Esse crédito favoreceu o desenvolvimento de empresas a montante (produtoras de máquinas, defensivos, etc.) e a jusante (indústrias processadoras), do processo de produção agrícola. As conseqüências da política de modernização da agricultura brasileira podem ser observadas a partir do favorecimento ao aumento da concentração de terras no país e a diminuição da demanda por mão-de-obra no meio rural, devido ao aumento da sua eficiência produtiva.

De acordo com DELGADO (1985), o grande volume de capital investido nas áreas dos programas governamentais promoveu a valorização das terras, incentivou o aumento da especulação financeira no meio rural e viabilizou a aquisição de terras por grandes grupos financeiros, como as empresas rurais. Dessa forma, inibiu as oportunidades de acesso à terra pelos pequenos produtores. Como resultado dessa política, pode-se observar, a ampliação das lavouras de cana-de-açúcar na região Nordeste, a transformação do Cerrado em região produtora de grãos, e a ampliação dos grandes projetos agropecuários e de extração mineral na Amazônia. Como parte de um projeto de desenvolvimento nacional, essa política teve o seu apogeu nas décadas de 60 e 70, quando foram investidas grandes quantidades de capital para financiamento das inovações. Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, a propriedade da terra permaneceu não apenas como poder econômico, como meio de produção, mas também como uma fonte de poder político, capaz de intervir nas tomadas de decisão do país (BRUMER e SANTOS, 1997:6).

De acordo com BRUMER e SANTOS (1997), a política de modernização da agricultura brasileira foi responsável pela promoção de uma migração rural/urbana, entre os anos 60 e 80, de mais de 30 milhões de pessoas, na sua maioria, pequenos agricultores - proprietários, posseiros, arrendatários ou meeiros. Essa política resultou conseqüentemente, no aumento dos conflitos sociais no meio rural, que por sua vez estimulou a emergência de diversos movimentos sociais de luta pela terra.

2.2. A demanda por reforma agrária e a ação dos movimentos sociais

Desde a década de 50, ações como greves de trabalhadores rurais, ocupações de terras, denúncias de assassinatos de lideranças trabalhadoras e a promoção de ações judiciais contra os patrões, eram demonstrativos da ascensão política e fortalecimento de diferentes organizações de trabalhadores rurais articuladas em torno da defesa de direitos trabalhistas e da realização da reforma agrária no Brasil. Naquele momento, destacavam-se pelo menos três grandes organizações de trabalhadores rurais:

- As Ligas Camponesas, que surgiram na região canavieira de Pernambuco, eram contrárias às mudanças nas relações de trabalho existentes, onde passou a ser negado o direito de terra para os trabalhadores dos engenhos fazerem seus plantios e contra o aumento abusivo do foro⁹. A partir das mobilizações promovidas pelas Ligas, os problemas regionais deixaram de ser visualizados como fatores naturais, provocados pelo fenômeno das secas nordestinas, passando a serem observados do ponto de vista político-social, como resultado de uma estrutura concentradora de riquezas, sobre qual incluem em suas reivindicações, a realização da reforma agrária (MEDEIROS, 1989).
- As Uniões de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABS), organizações que tinham atuação nos locais onde aconteciam os conflitos e por vezes chegavam a uma dimensão municipal. Essas organizações eram influenciadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, geralmente colocado na direção das lutas, tentava articular as demandas dos trabalhadores com as bandeiras gerais do partido. As ULTABS tiveram maior atuação nos estados do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, e na sua concepção a reforma agrária era vista como “a transformação radical da estrutura agrária, com liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho” (MEDEIROS, 1989:53). Para a realização da reforma agrária, era proposta a formação de uma frente única¹⁰ para

⁹ Segundo Medeiros (1989), o foro era uma espécie de tributo anual que o agricultor pagava ao proprietário da terra para ter o direito de morar e produzir nela. Das formas de pagamento, a autora cita a concessão de 20 dias anuais de trabalho gratuito.

¹⁰ “A composição dessa frente única abrangeria o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia, e os latifundiários que tinham contradição com o imperialismo norte-americano e

combater o imperialismo norte-americano. A proposta de reforma agrária defendida pelas ULTABs divergia da concepção das Ligas Camponesas que, de acordo com sua principal liderança, Francisco Julião, era impossível buscar aliança com a burguesia e com os latifundiários para realização da reforma agrária (MEDEIROS, 1989).

- O Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) surgiu em 1960 no Rio Grande do Sul, a partir da mobilização de mais de 300 famílias de posseiros que, há mais de 50 anos, viviam em uma área de 1.600 ha no município de Encruzilhado do Sul e estavam sendo ameaçadas de despejo por um pretense proprietário. A partir de 1962, esse movimento passa a promover acampamentos em latifúndios improdutivos, solicitando sua desapropriação, de acordo com a constituição estadual, onde o Estado propunha o combate à propriedade improdutiva, mediante desapropriação (MEDEIROS 1989).

Em janeiro de 1964, a organização dos trabalhadores rurais é fortalecida com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Porém, com o golpe militar, a repressão aos movimentos, a perseguição e assassinato de lideranças populares, observou-se um refluxo nas lutas populares, crescentes desde meados da década anterior. Durante esse período, a ação de movimentos sociais fica marcada pela tímida atuação da CONTAG, sob intervenção militar, e dos sindicatos ligados à Igreja Católica, orientando suas ações para a garantia dos direitos trabalhistas adquiridos antes do golpe (MEDEIROS, 1989). Posteriormente, as reivindicações seriam direcionadas para a realização da reforma agrária, tendo como base as diretrizes do Estatuto da Terra, publicado em novembro daquele mesmo ano. Definido como uma lei destinada a promover o desenvolvimento rural, o Estatuto da Terra, tinha como objetivo a eliminação dos latifúndios e minifúndios, vistos pelo governo como fonte de conflitos no meio rural, e a instituição da empresa agrícola como modelo ideal da propriedade fundiária (MEDEIROS, 1989).

De acordo com MEDEIROS (1989), na década de 70 não havia um único estado da federação onde a luta pela terra não estivesse presente de forma mais ou menos acentuada, a exemplo dos conflitos nas áreas de

os grupos capitalistas ligados a grupos imperialistas rivais dos monopólios norte-americanos" (MEDEIROS, 1989:54).

ocupação da Amazônia Legal, que resultou na criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. Formada principalmente por religiosos ligados à Teologia da Libertação¹¹, a CPT, ao ser criada, assumiu o compromisso de empenhar-se pela realização da reforma agrária. Segundo GONÇALVES NETO (1997), é através da CPT que ocorreu o envolvimento da Igreja Católica com os conflitos agrários do país, em defesa dos trabalhadores rurais que estavam sofrendo expropriações e violência no meio rural, e na elaboração de documentos onde passaram a atacar o modelo de desenvolvimento adotado no país. Para este autor,

“a postura da Igreja é importante para que possamos compreender melhor a extensão concreta do desenvolvimento do capitalismo no campo, pondo às claras não mais dados de crescimento da produção, produtividade, da intensidade de utilização de insumos modernos ou do aumento da entrada de divisas para o país, mas a situação real de miséria e violência a que foram submetidos os trabalhadores rurais. A igreja tenta passar a mensagem de que se deve considerar o homem no processo de desenvolvimento sobrepondo-se ao econômico” (GONÇALVES NETO, 1997:110).

Ao final dessa década e no decorrer dos anos 80, durante as mobilizações pela redemocratização do país, criou-se no cenário nacional um ambiente favorável à emergência de outros movimentos ligados à luta pela terra, dentre os quais destacam-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais “Sem Terra” (MST), formado por pequenos agricultores e trabalhadores rurais, e favoreceu também o surgimento de movimentos de resistência, críticos ao modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro, por não ter incorporado às suas demandas a necessidade de preservação ambiental. Contrários à imensa degradação ambiental causada pela implementação de grandes projetos, agropecuários, industriais e construção de hidrelétricas, esses movimentos tinham as suas críticas ao modelo implantado no país, embasadas nos impactos sociais e ambientais que ameaçavam a perpetuação de suas formas de vida. Como exemplo desses movimentos pode ser observada a emergência do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)¹², caracterizado como o movimento de resistência a expropriação de terras pelas construções de

¹¹ A teologia da libertação é uma linha ideológica de um segmento da Igreja Católica que defendia a prática cristã como a promoção da liberdade humana, aliando as leituras bíblicas a reflexões sobre as condições de vida dos trabalhadores.

¹² ROTHMAN e OLIVER (1999), argumentam que o MAB era inicialmente um movimento de resistência à expropriação da terra para a implantação das barragens, mas, teve sua bandeira de luta ampliada, constituindo-se também em movimento de preservação da natureza.

barragens, e composto por famílias de agricultores atingidos pelas construções de usinas hidrelétricas; do Movimento Nacional dos Seringueiros (MNS), formado por seringueiros, cujas ações tornaram-se conhecidas como empates¹³, promovidas contra a destruição dos seringais nativos promovida pela expansão das áreas de pastagens no Norte do país. SCHERER-WARREN (1993) refere-se ao MAB e ao MNS, como movimentos de preservação ambiental, uma vez que a defesa da subsistência das famílias estava diretamente relacionada com a conservação dos recursos naturais. A incorporação de novas demandas, a politização de novos temas e a organização em diferentes estados do país, visando a promoção das lutas e reivindicações em âmbito nacional, são características atribuídas por GOHN (1997), à emergência de Novos Movimentos Sociais no Brasil durante esse período. Essas demandas irão diferenciá-los de organizações populares em décadas anteriores, onde as lutas aconteciam isoladamente, e eram marcadas por características locais.

A intensa mobilização popular no início dos anos 80 durante a campanha pelas eleições diretas resgata, segundo MEDEIROS (1987), as discussões sobre a reforma agrária no país. Essa mobilização irá resultar na eleição do presidente Tancredo Neves, via Congresso Nacional. Com a morte do presidente eleito antes mesmo de ser empossado, o seu vice, José Sarney assume o governo mantendo a proposta de realização da reforma agrária, de acordo com o compromisso firmado pelo grupo do qual fazia parte, junto aos movimentos sociais, durante o período de campanha presidencial. Para viabilização da sua proposta, logo no início do governo, foi elaborado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que planejava a realização da reforma agrária mediante o cumprimento do Estatuto da Terra.

Esta proposta causou divergências dentro dos movimentos sociais pois tinha como base legal, o mesmo documento que amparou a modernização da agricultura e favoreceu a concentração da terra. De um lado, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o MST recusaram-se a apoiar o PNRA, argumentando que o plano tinha como objetivo combater a proposta de reforma agrária que emergia da ação dos movimentos populares. Do outro, a CONTAG

¹³ Mobilizações promovidas pelo MNS para impedir a derrubada dos seringais nativos para a implantação de pastagens no norte do país.

defendia o apoio ao plano e ao Estatuto da Terra como instrumentos para realização da reforma agrária. Este apoio durou até 1987, quando o governo demonstra seu descompromisso com a reforma agrária, através do decreto de extinção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O fracasso do PNRA pode ser observado nos dados apresentados por GRAZIANO DA SILVA (1998), entre 1985 e 1989, quando apenas 10,5% da área e 6,5% do total de famílias inicialmente previstas haviam sido assentadas. Esse autor destaca ainda que das 91.700 famílias beneficiadas durante esse período, 48.000 foram assentadas nos dois últimos anos do governo, sendo esses dados ampliados com ações de regularização fundiária, de usucapião, e emissão de títulos definitivos a projetos implantados em governos anteriores, etc.

Durante os quatro anos de governo realizados por Fernando Collor e Itamar Franco (1991 a 1994), as ações por reforma agrária foram ainda mais tímidas. O número de famílias assentadas durante esse período confirma a parcialidade do governo perante a posição dos proprietários de terras, fortalecidos e organizados através da União Democrática Ruralista (UDR)¹⁴, para fazerem valer a intenção de impedir que se fizesse uma reforma na agrária do país, conforme as demandas dos movimentos sociais. De acordo com os dados apresentados por OLIVEIRA (2001), foram assentadas 140 mil famílias entre os anos de 1985 e 1994. Subtraindo-se desse número, as 91.700 famílias assentadas no governo Sarney chega-se a um total de apenas 48.300 famílias assentadas durante os últimos quatro anos desse período. Com base nesses dados é possível afirmar que no início da década de 90, as ações governamentais para promoção da reforma agrária foram ainda piores, alcançando, aproximadamente, apenas a metade do número de famílias assentadas no governo anterior.

A ação governamental frente à questão agrária nacional resultou na intensificação das mobilizações em defesa da reforma agrária, no início da década de 90. Nesse período, as mobilizações sociais ganham maior popularidade e os meios de comunicação passaram a veicular informações

¹⁴ As ações promovidas por essa entidade desenvolveram-se politicamente através das pressões da bancada ruralista no Congresso Nacional, e no campo, pela organização de milícias armadas visando à defesa do latifúndio.

sobre as ações realizadas pelos movimentos, não apenas ocupações de terras, mas também de instituições públicas, as caravanas, os confrontos e as denúncias da violência contra trabalhadores rurais, a exemplo do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no Pará. A intensificação das lutas e as novas formas de reivindicações dos movimentos populares atraíram a atenção da opinião pública e despertaram na sociedade brasileira e internacional, reações favoráveis à realização da reforma agrária. Tais movimentos passam a encontrar maior abertura do governo para as negociações das suas demandas. Isso porém não significa dizer que elas seriam atendidas, mas, como resultados dessas mobilizações, pode ser observado na política de assentamento do governo Fernando Henrique Cardoso, segundo JUNGSMANN (1999), uma marca histórica com o assentamento de 372 mil famílias¹⁵, entre 1995 e 1999.

Segundo MEDEIROS e LEITE (1999), a política de assentamentos nas décadas de 80 e 90 está,

“longe de indicar um processo de reforma agrária em curso, visto que tais projetos se constituíram a partir de uma lógica de política governamental que tinha por eixo evitar tensões sociais e não realizar transformações significativas na estrutura agrária do país” (MEDEIROS e LEITE, 1999:16).

É principalmente durante os governos de Fernando Henrique que cresce a adesão de fazendeiros à proposta de reforma agrária, pois a política de implantação de assentamentos rurais passa a ser uma opção para a comercialização de terras, cujo aumento dos preços são diretamente influenciados pelas demandas por terra, manifestadas pelos movimentos sociais. Porém, como foi referido anteriormente, as concepções e os interesses para o estabelecimento da relação trabalhadores rurais¹⁶ e proprietários de terra são bem distintas. De um lado, os trabalhadores que buscavam no acesso à terra, meios para obterem melhores condições de vida, e de outro, os proprietários da terra, que diante dessa demanda vêem a oportunidade de obter ganho financeiro através da venda de suas terras.

¹⁵ Existe contestação da veracidade destes números por não discriminarem as ações de regularização fundiária e entrega de títulos da terra a famílias que há muito tempo viviam em áreas das quais não possuíam título agrário.

¹⁶ Neste momento, o termo está sendo utilizado para referir-se ao grupo heterogêneo de demandantes por reforma agrária – ex-trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários, filhos de agricultores, pequenos comerciantes, entre outros.

À frente desse processo, o governo assume o papel de mediador de conflitos e agente financeiro, postura que será confirmada com a implementação de políticas como os programas Cédula da Terra e Banco da Terra, possibilitando que as negociações fossem feitas diretamente entre agricultores e proprietários. Tais políticas podem ser vistas como as priorizadas pelo governo, no momento em que estão proibidas de serem vistoriadas pelo INCRA, áreas que estejam ocupadas por trabalhadores, deixando clara a opção governamental pelo assentamento de famílias através dos programas de compra de terras.

Portanto, o grande número de assentamentos implantados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso pode ser por um lado, compreendido como uma resposta à intensificação da pressão social dos movimentos por reforma agrária. Por outro lado, a sua política para implementação de assentamentos pode ser compreendida como uma estratégia governamental, para diminuição dessa pressão e desmobilização dos movimentos de luta por terras, uma vez que a aquisição de terras pode ser realizada através da negociação direta entre as famílias interessadas e os proprietários. Essa política não efetiva as mudanças na estrutura agrária do país, demanda que continua sendo reivindicada pelos movimentos sociais.

3. AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E POLÍTICA CONSERVACIONISTA BRASILEIRA

A partir das análises dos efeitos da modernização da agricultura brasileira, neste capítulo, busca-se fazer uma discussão da relação entre o novo modo de praticar a agricultura e seus impactos sobre os recursos naturais. Para tanto, serão abordadas as discussões e as demandas por conservação ambiental que surgem no país, a partir do final da década de 70. É nessa época que, orientados pelas críticas ao modelo de desenvolvimento capitalista, surgem os conceitos de desenvolvimento e de agricultura sustentável, cujo princípio parte da garantia das necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Esse novo padrão de desenvolvimento apresenta-se em contraponto à degradação sócio-ambiental promovida pelo desenvolvimento capitalista.

Mesmo com a atuação dos movimentos, a estratégia de conservação ambiental que vai predominar no Brasil será a política de implantação de unidades de conservação nos moldes norte-americanos, áreas destinadas à preservação de recursos naturais nas quais é proibida a presença de pessoas vivendo em seu interior. Dessa forma, assim como a implantação da nova agricultura expropriou a estrutura produtiva de muitas famílias, também o fez a política de preservação, na implantação das suas unidades.

Dentro do movimento ambientalista, algumas correntes eram críticas ao modelo preservacionista, que via a natureza separada do ser humano.

Dentre elas, destaca-se a corrente socio-ambientalista, que atribui a degradação ambiental ao crescimento do modelo de desenvolvimento capitalista, e defende uma forma de conservação ambiental articulada com a promoção do desenvolvimento social. Esses movimentos são representados principalmente, pelos Movimentos dos Atingidos por Barragens, o Movimento Indígena e dos Seringueiros. A partir da mobilização desses dois últimos movimentos, serão implantadas no Brasil, as reservas indígenas e as reservas extrativistas, que, em termos de políticas de conservação ambiental, passam a ser um referencial, pois se baseiam na inserção do ser humano como parte da natureza a ser preservada.

3.1. Desenvolvimento sustentável e agricultura sustentável

A elaboração dos conceitos de desenvolvimento e agricultura sustentáveis passa, segundo ALMEIDA (1997), pela necessidade de se compreender o que está sendo proposto como conceito de desenvolvimento, fazendo-se necessário também explicitar o que vem a ser o termo sustentável, não bastando apenas acrescentar o segundo termo ao primeiro, para justificar a continuidade de ações desenvolvimentistas.

VEIGA (2000) afirma que o termo desenvolvimento apesar de freqüentemente utilizado não costuma ser aplicado, porém, a partir das observações realizadas por Amartya Sen (2000) em países desenvolvidos, mostraram que os habitantes daqueles países tinham mais chances e opções que os habitantes do resto do mundo. Dessa forma, de acordo com a tese defendida por SEM (2000),

“o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Ela contrasta com visões mais restritas, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do PIB, aumento da renda *per capita*, industrialização, avanços tecnológicos ou modernização. Essas cinco façanhas são obviamente importantíssimas como meios de expandir as liberdades. Mas as liberdades são essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis” (VEIGA, 2000:105).

Esse conceito vai, portanto, corroborar as críticas à noção de desenvolvimento, mais difundidas no senso comum como sinônimo de industrialização, que orientou a implantação de modelos de desenvolvimento em países como o Brasil. Essas críticas são direcionadas ao contexto de

repressão em que se deu sua implantação e ao privilégio concedido aos detentores de capital, negando a trabalhadores rurais, as condições mínimas para a manutenção de suas formas de vida. ALMEIDA (1997) afirma que o termo desenvolvimento é muito elástico e permite abrigar diferentes concepções, geralmente correlacionadas com a idéia de desenvolvimento científico, tecnológico e econômico, que orientou a implantação de propostas de desenvolvimento em países de terceiro mundo, a partir da década de 60. Para ele,

“a via de desenvolvimento proposta para o Terceiro Mundo foi tomada de empréstimo daquela seguida pelas nações ocidentais, hoje consideradas “ricas” ou “avançadas” industrialmente. Aos países mais pobres, para tornarem-se também “ricos” e “avançados”, era preciso imitar processo de industrialização desenvolvido nos países ocidentais. O problema residia na maneira de “transferir” esse processo dos países avançados para os menos avançados” (ALMEIDA, 1997:36).

A implantação desse modelo ocorre simultaneamente ao período em que foram reprimidas as ações populares que o questionavam como a única via para promoção do desenvolvimento do país, sem que fossem avaliados seus efeitos sobre as populações descapitalizadas e seus impactos sobre os recursos naturais. Esse modelo é alvo de muitas críticas que, a princípio, fundamentaram-se na intensificação das desigualdades sociais e nos problemas ecológicos relacionados à degradação das florestas tropicais, da biodiversidade, da intensa degradação dos solos agrícolas, da poluição e do esgotamento dos recursos naturais não renováveis, causados pelo que se concebeu chamar de “Revolução Verde”. Posteriormente, as críticas passaram a ser realizadas a partir de abordagens relacionadas com a ineficiência energética e a debilidade do modelo, quanto ao uso intensivo de insumos externos, geralmente provenientes de recursos naturais não renováveis como os combustíveis fósseis e o fósforo. Pesquisas realizadas entre os anos 74 e 75 nos Estados Unidos mostraram que a demanda energética da agricultura convencional era em torno de 2,3 vezes superior à demanda dos sistemas alternativos. No Brasil, pesquisas semelhantes demonstraram que se obtinha um ganho de 0,2 caloria para cada caloria investida na produção. Esses resultados vão demonstrar que a ineficiência energética e a alta dependência de insumos externos são pontos que representam a fragilidade dos sistemas de produção convencional (ALMEIDA, 1997).

Fundamentados em críticas aos danos sócio-econômicos e ambientais promovidos pelo desenvolvimento industrial e na dependência de insumos externos, irá emergir a proposta de um padrão de desenvolvimento onde a promoção do desenvolvimento social e econômico esteja aliada à preocupação da conservação dos recursos naturais. Sob essa nova concepção, é elaborado o conceito de desenvolvimento sustentável, que, conforme GUZMÁN (1997), tem sua gênese teórica nos princípios orientadores da relação homem-natureza, estabelecidos na Conferência sobre o Meio Ambiente realizada pelas Nações Unidas em Estocolmo em 1972.

Apesar de não existir um consenso sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, é no Relatório Brundtland, resultado da Conferência de Estocolmo, que se elabora o conceito mais amplamente aceito de desenvolvimento sustentável. Esse relatório foi publicado no Brasil em 1987, com o título *Nosso Futuro Comum*, como texto preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Eco-92) (ALMEIDA, 1997). De acordo com a definição do relatório, o desenvolvimento sustentável é

“um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (CMMAD, 1988:49).

Apesar de diferentes abordagens, é a partir do conceito de desenvolvimento sustentável que será elaborado o conceito de agricultura sustentável, que emerge das críticas ao modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro. Diferente da agricultura convencional, o conceito de agricultura sustentável

“reside na idéia de uso de tecnologias adequadas às condições do ambiente regional e até mesmo local, e da previsão e prevenção dos impactos negativo, sejam eles sociais econômicos ou ambientais, cujo objetivo final é a garantia de ecossistemas produtivos e rentáveis ao longo do tempo (ALMEIDA, 1997:48)

Portanto, a noção de agricultura sustentável está fundamentada na busca de um padrão de desenvolvimento capaz de propor alternativas que busquem correlacionar o desenvolvimento econômico ao social e ambiental. Alguns autores têm enfatizado também a necessária redução do uso de insumos químicos e de fertilizantes, devido a seus efeitos maléficos tanto para o ambiente quanto para a saúde humana.

Assim como acontece com o conceito de desenvolvimento sustentável em muitos momentos, tem-se percebido a introdução do termo sustentável ao modelo de agricultura predominante, justificando a continuidade do mesmo padrão. Um exemplo claro é a proposta do manejo integrado de pragas, que estabelece níveis econômicos ótimos para a utilização dos insumos, não interferindo, portanto, nos interesses financeiros e industriais que envolvem o mercado de sementes e de insumos agrícolas. Dessa forma, a concepção de agricultura sustentável fica restrita apenas ao patamar de mudanças e intervenções tecnológicas sem que sejam levados em consideração, aspectos sociais, culturais, econômicas, ambientais e de tomadas de decisões políticas.

A idéia de desenvolvimento sustentável, segundo VEIGA (1994), originou-se nos países desenvolvidos onde já se alcançou um nível de eficiência produtiva e de segurança alimentar. Tendo as populações desses países, garantidas as condições materiais básicas para a sua reprodução social e o seu bem estar, é crescente a tomada de consciência sobre as distorções do sistema de produção, consumo e a qualidade dos alimentos. Dessa preocupação, emerge o ideal de um novo padrão de produção e consumo que esteja cada vez mais relacionado com a conservação dos recursos naturais, já requerendo novos métodos de produção, que reduzam os impactos ambientais e assegurem níveis de pureza dos alimentos produzidos.

Associando grande parte dos desequilíbrios ecológicos à questão da pobreza, VEIGA (1994) argumenta que se estaria combatendo um poderoso fator de degradação, se as tecnologias modernas pudessem minimizar o problema da fome nos países menos favorecidos. Sem dúvida, as tecnologias podem exercer papel importante na redução da fome mundial, porém, a solução desse problema supera a intervenção tecnológica, pois a fome está diretamente relacionada à falta de acesso das pessoas pobres aos alimentos que estão sendo produzidos. Portanto, o problema da fome está no processo de distribuição das riquezas, nas desigualdades sociais e na falta de oportunidades para os pobres nos países de terceiro mundo. Assim, os problemas ambientais seriam resolvidos se um maior número de pessoas tivesse acesso aos bens produzidos através das tecnologias, para satisfação de suas demandas materiais básicas e tivesse assegurado o acesso à moradia, saúde, educação, direitos civis, etc, demandas que têm estado

presentes nas pautas de reivindicações dos movimentos sociais, entre eles os movimentos por reforma agrária.

No Brasil, o desenvolvimento do conceito de agricultura sustentável teve como precursoras, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), que na sua atuação, apresentam uma proposta de agricultura e de desenvolvimento rural alternativos ao modelo convencional. Para ALMEIDA (1997), inicialmente no Brasil,

“a agricultura sustentável estava muito ligada com as tecnologias alternativas como resposta aos problemas ambientais e sociais do desenvolvimento das tecnologias modernas” (Almeida, 1997:48, citado por ALMEIDA, 1993).

Diferenciando-se da proposta de desenvolvimento da agricultura convencional, que objetiva a superação das formas tradicionais de produção para a promoção do desenvolvimento e da modernização, a atuação das ONG's volta-se em muitos momentos, para o resgate e a valorização dos conhecimentos tradicionais, das experiências técnicas e das práticas desenvolvidas pelas comunidades assessoradas, como estratégia para a promoção do desenvolvimento local. É a partir desse conhecimento que se constrói, de forma participativa, uma proposta de desenvolvimento, que atente para a resolução dos problemas e tenha sua intervenção de acordo com a realidade das populações assessoradas.

Exemplos de ações que vêm sendo realizadas dentro da proposta de desenvolvimento sustentável no país, são os trabalhos realizados por ONG's, como as ligadas à Rede de Projetos em Agricultura Alternativa (Rede PTA), que, segundo ALMEIDA (1999), têm representado um diferencial no que se refere à construção de alternativas de desenvolvimento agrícola, baseado em práticas que visam minimizar os impactos ambientais e promover a geração de renda e a autonomia da agricultura familiar.

Ainda de acordo com esse autor, as experiências alternativas no Brasil não conseguiram se generalizar nem se contrapor ao modelo de desenvolvimento agrícola convencional, mas, representam manifestações claras da insatisfação técnico-econômica e das conseqüências sociais do desenvolvimento agrícola brasileiro. Elas, no entanto, compõem um movimento de ascensão e com base no conceito de desenvolvimento sustentável,

conseguiram integrar os riscos ecológicos nas concepções de modernização agrícola.

Conforme GRAZIANO DA SILVA (1997), o movimento por uma agricultura sustentável está na produção de uma nova concepção de desenvolvimento econômico, na criação de uma nova consciência social a respeito da relação homem-natureza, na produção de novos valores filosóficos, morais e religiosos, e enfim, na produção de novas formas políticas e ideológicas. É a partir dessas idéias que o autor verifica, na defesa de uma agricultura sustentável, a emergência de um novo movimento social, ou seja, dessa nova demanda surgem no cenário de luta, novas formas de atuação, que levam os movimentos do meio rural brasileiro a não buscarem somente o acesso à terra, mas também, a permanência nela como forma de garantir as suas formas de vida, associadas com a defesa e conservação dos recursos naturais.

3.2. Demandas pela conservação ambiental

Analisando-se o período em que começam a ser implementadas as unidades de conservação no Brasil, é possível constatar que a sua forma de implantação seguiu o mesmo padrão que orientou a modernização da agricultura, negando às populações que viviam no interior das áreas transformadas em unidade de conservação, a possibilidade de manterem suas estruturas produtivas e de participarem nas tomadas de decisões relacionadas à importância e à necessidade de sua implantação. Portanto, tanto o modelo produtivista quanto a política conservacionista, guardadas as devidas proporções, podem ser avaliados como modelos que, para sua implantação, promoveram o deslocamento de famílias pobres do meio rural e impactos negativos sobre as formas de vida dessas populações. São modelos impostos, alheios aos interesses e às necessidades das populações expropriadas.

Da mesma forma como foi importado dos Estados Unidos, o modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro, foi importado também, o modelo de preservação ambiental, cuja proposta se baseia na implantação de unidades de conservação, que, na concepção norte-americana, isentas da presença

humana, estariam protegendo a natureza selvagem da ameaça do desenvolvimento urbano-industrial.

O princípio que fundamenta a proposta de formação desse tipo de unidade de conservação consiste na idéia de que só é possível conservar a natureza mantendo-a separada do convívio humano. Nesse sentido, a proposta de conservação implantada no Brasil,

“supõe uma dicotomia conflitante entre o ser humano e a natureza; supõe que as comunidades locais são incapazes de desenvolver um manejo mais sábio dos recursos naturais (o que pode ser verdade nos casos de extrativismo comercial em grande escala, mas não em todos os casos); e finalmente, que estas áreas podem se perpetuar num estado de natural equilíbrio” (ARRUDA, 2000:280).

De acordo com DIEGUES (2000), a política conservacionista brasileira tem sua origem ainda na década de 60, com a implantação de unidades de conservação que visavam a proteção de determinadas áreas dos avanços do desenvolvimento capitalista nacional. Essa proposta, como demonstram ARRUDA e DIEGUES (2000), deriva da estratégia norte-americana de conservação da vida selvagem (*Wilderness*) das ameaças da expansão das sociedades urbano industriais. De acordo com DIEGUES (2000), essa política conservacionista no Brasil, tem resultado em efeitos indesejáveis, como a expropriação das terras de famílias agricultoras, condenando-as a migrarem para as periferias das cidades. Apesar de referir-se aos impactos da política conservacionista brasileira sobre diferentes grupos sociais, o autor constrói o seu trabalho sobre os efeitos da política conservacionista sobre populações tradicionais¹⁷. Segundo DIEGUES (2001), a desestruturação dessas populações promovida pela política conservacionista brasileira representa uma ameaça ao desaparecimento de um imenso patrimônio cultural brasileiro, historicamente correlacionado com ecossistemas de alta diversidade biológica. A forma como tais populações estabelecem suas relações com a natureza, o conhecimento acumulado ao longo de gerações e as manifestações culturais tendem a desaparecer quando essas populações são obrigadas a abandonar o lugar onde viviam.

¹⁷ ARRUDA (1997) refere-se às populações tradicionais como, “grupos humanos que historicamente reproduzem seu modo de vida de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente” (Arruda, 1997, citado por BARRETO FILHO, 2002).

Segundo ARRUDA (2000), a estratégia de impedimento das populações locais em utilizarem os recursos naturais de forma sustentável, favorece a ação de grupos, que clandestinamente comercializam produtos da extração ilegal, contrapondo-se à credibilidade e aceitação da proposta de conservação ambiental. Apontando algumas incoerências na forma de implementação de unidades de conservação, ele ressalta a não participação das pessoas que vivem no interior ou no entorno dessas áreas, nas decisões relativas ao seu manejo e à sua gestão. Salienta que muitas decisões costumam ser mantidas em sigilo até virarem lei, para evitar movimentações sociais que possam criar situações contrárias a seus interesses.

Referindo-se à forma como se deu a expansão do conceito de natureza selvagem para todo o mundo, GUHA (2000) critica a implantação de parques na África, referindo-se a ela como uma ação neocolonialista, onde novas situações são impostas às populações locais para atender aos interesses conservacionistas. Muitas dessas políticas implantadas naquele continente, justifica o autor, “tenderam a servir aos interesses estrangeiros, com o turismo e safáris e ignoraram os valores conservacionistas africanos e a sua cultura” (Bonner, 1993, citado por GUHA, 2000:87). Para ele, as críticas ao neocolonialismo podem ser aplicadas à maioria das organizações ambientalistas que vêm atuando em todo o mundo. A relação estabelecida entre as unidades de conservação e as populações locais pode ser observada através do exemplo mostrado por GUHA (2000), quando analisa a forma como os africanos avaliam a implantação de parques. Ele relata que

“da maneira como os africanos vêem, os homens brancos estão fazendo leis para proteger os animais que eles querem ver nos parques que desejam visitar. Por que deveriam os africanos apoiar esses programas? ...O WWF manifestou interesse pelo que os africanos desejavam, mas então tentou manipulá-los para fazer o que o homem branco queria: e os africanos que não puderam ser colocados nessa linha foram ignorados” (GUHA, 2000:87).

Outros efeitos negativos provenientes da implantação de parques sobre a população local foram observados na Índia, onde o conflito entre elefantes protegidos em área de parque e as populações que viviam em sua periferia, estava resultando em mortes humanas e perda das colheitas. Para o ecólogo que estuda esse conflito, era necessário que se aliviasse o impacto dos animais sobre a população humana local. Existia, segundo ele,

“uma necessidade de urgente de reorientar o manejo de nossas reservas para que as comunidades locais ganhem algo com elas. Se uma porção da renda gerada com turismo for retida na economia local, haverá motivação maior para as pessoas darem valor à vida selvagem e seus habitats... é já tempo de novos enfoques visando reconciliar o desenvolvimento econômico e conservação (Suckuma, 1994, citado por GUHA, 2000:92).

Dessas constatações de Suckuma, pode-se observar uma inversão nos objetivos que justificavam a implantação dos parques (*Wilderness*), pois, os investimentos realizados para proteção da vida selvagem acabaram revelando a falta de políticas para a preservação da vida humana, principalmente de populações pobres em países de terceiro mundo. Ou seja, acaba evidenciando a necessidade de buscar uma nova forma para a promoção da conservação da natureza, através de incentivos para que as populações locais pudessem obter ganhos econômicos com as áreas preservadas. Dessa forma se modificaria a relação estabelecida com as reservas, motivando-se as populações a valorizarem ainda mais a vida selvagem, conciliando conservação e desenvolvimento econômico.

A idéia de conciliar desenvolvimento econômico com conservação ambiental é, como já foi dito anteriormente, o que vai originar o conceito de desenvolvimento sustentável, a qual, traz consigo a necessidade de se estabelecer um padrão de desenvolvimento sócio-econômico, onde esteja contida a preocupação com a conservação dos recursos naturais. Essa proposta traz, portanto, a idéia de estabelecimento de uma nova relação com a natureza, diferindo-se da lógica produtivista, que incentivou a apropriação indiscriminada dos recursos naturais para o atendimento das necessidades do avanço capitalista. As demandas sociais por conservação ambiental vão emergir no Brasil segundo VIOLA (1999), durante a década de 70, a partir da organização do movimento ambientalista brasileiro, que tem sua formação associada aos movimentos de contra-cultura que surgiram na Europa e nos Estados Unidos na década de 60. Esses movimentos manifestavam seu descontentamento com a degradação social e a destruição ambiental promovidas pelo avanço do desenvolvimento capitalista. A atuação desse movimento no Brasil coincide com o período das mobilizações pela redemocratização do país e enfraquecimento do regime militar.

A partir da segunda metade da década de 80, com a crescente demanda por conservação ambiental, surge em diferentes setores da

sociedade, a manifestação da preocupação relacionadas ao meio ambiente. Entre eles, GRAZIANO DA SILVA (1999) cita cinco atores como os principais componentes do setor ambiental brasileiro: as agências bilaterais e multinacionais, principais financiadoras das ações voltadas para preservação ambiental *stricto sensu*; as agências governamentais com suas instabilidades político-institucionais; os capitalistas verdes, representados pelos empresários que têm incorporado as demandas ambientais na produção de novos produtos, como a fabricação de biodegradáveis. O quarto representante desse setor são as ONGs. Para o autor, a maioria das organizações desse setor, que defendem a conservação ambiental, está voltada para a Amazônia. Estas entidades são caracterizadas por um conjunto heterogêneo que tem suas ações relacionadas aos interesses dos agentes financeiros e desconectados de um projeto nacional. Em muitos casos, a atuação dessas entidades tem se restringido a um papel de mediação financeira entre entidades internacionais e as populações locais.

Por último, o autor refere-se à atuação das populações locais representadas na maioria das vezes por movimentos sociais. É nesse setor que, conforme DIEGUES (2001), surgem no Brasil, as demandas pela conservação ambiental caracterizadas como o “ecologismo dos movimentos sociais”, que seguem uma linha teórica sócio-ambientalista, cuja orientação está fundamentada na constatação de que a destruição da natureza é promovida pela acumulação capitalista. Para os sócio-ambientalistas, a necessidade de conservação ambiental está associada à políticas de combate à fome, à pobreza e ao respeito aos valores sócio-culturais de populações que, historicamente, vivem da relação direta com os recursos naturais.

Para DIEGUES (2000), dessa nova concepção de conservação ambiental emerge a necessidade de se repensar a função dos parques e reservas, incluindo neles, as necessidades e os interesses das populações tradicionais, propondo a participação das comunidades no planejamento e na gestão das atividades de conservação.

É a partir desta concepção que se percebe a expansão de reservas extrativistas¹⁸ no país, proposta essa, que pode ser vista como alternativa de desenvolvimento sustentável em áreas tropicais, fundamentada no respeito ao mundo natural, com o uso de tecnologias apropriadas, valorização do conhecimento tradicional dos ecossistemas, acumulado pelas populações locais ao longo de gerações e a promoção da viabilidade econômica com maior equidade social (DIEGUES, 2001).

Outra atuação marcante do movimento ecologista brasileiro, destacada por VIOLA (1999), foi a articulação desde 1986 para uma intervenção no processo constituinte. Nesse processo, as demandas estavam voltadas para a elaboração de políticas de ecodesenvolvimento, contra a implantação de grandes hidrelétricas, e a favor da educação ambiental, da reforma agrária ecológica, da justiça social, entre outras.

Como resultado das demandas por uma política de conservação ambiental brasileira, a partir da constituição de 1998, a Mata Atlântica, juntamente com o Pantanal e a Floresta Amazônica foram declaradas patrimônio nacional. Em 1990, a Mata Atlântica foi declarada pela Unesco, como reserva da biosfera, momento em que foi assinada uma ordem temporária proibindo a derrubada de árvores nativas da mesma. Nesse mesmo ano, foi lançada, pela Fundação SOS Mata Atlântica, uma proposta de se reunirem todas as unidades de conservação existentes na Mata Atlântica, por uma cadeia ininterrupta de floresta, cujo resultado seria a formação dos corredores naturais¹⁹. Essa proposta era defendida por aquela entidade como uma forma de diminuir os riscos de extinção de espécies endêmicas da floresta.

A partir 1990, a retirada de madeira e a abertura de áreas agrícolas só seriam permitidas em áreas de vegetação secundária e passaram a ser concedidas mediante prévia autorização do Instituto Brasileiro de Meio

¹⁸ Este modelo de reserva consiste na regularização de área já ocupada por populações que vivem dos recursos da floresta, regularizada através da concessão de uso, transferida pelo Estado para associações legalmente constituídas (DIEGUES, 2001).

¹⁹ Para a formação dos corredores, era proposto pela entidade, o replantio de intervalos derrubados e a maior parte dessas terras deveria ser desapropriada e depois seriam demolidas as benfeitorias do seu interior. Para DEAN (1996), essa questão era muito mais dispendiosa e mais politicamente desgastante que a compra de direitos de moradores das reservas florestais existentes (DEAN, 1996:371).

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (DEAN, 1996). Porém, para esse autor, as muitas fraudes e a corrupção dentro da entidade, inclusive com a participação de funcionários do órgão, permitiram que acordos fossem feitos com fazendeiros, madeireiros e com governos estaduais para implantação de grandes empreendimentos, continuando crescente a destruição das florestas.

Outra ação governamental, que segundo o autor contribuiu para a destruição de remanescentes da Mata Atlântica, foi a classificação, pelo INCRA, das terras florestadas como improdutivas, o que colocou essas áreas como prioritárias para fins reforma agrária. Na década de 80, muitos proprietários passaram a derrubar suas áreas para evitar que fossem ocupadas e desapropriadas. No sul da Bahia, no final dessa década, proprietários de áreas de florestas, após a retirada da madeira de lei para serrarias, queimavam as áreas para evitar que fossem desapropriadas.

É nesse contexto que, a partir do próximo capítulo, será discutida a relação entre a demanda pela conservação ambiental e as atividades produtivas nos assentamentos Cajueiro e Fortaleza que foram implantados no sul da Bahia ao final da década de 80, e que estão localizados no entorno da Reserva Biológica de Una.

4. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO CACAUEIRA

A região onde foi realizada a pesquisa está situada na micro região cacaueira da Bahia, localizada geograficamente no sentido norte sul, entre a foz do Rio de Contas e a foz do Rio Jequitinhonha. Destaca-se pela beleza natural da sua faixa litorânea, reconhecida no roteiro turístico da Bahia como costa do cacau, área que inclui os municípios de Itacaré, Ilhéus, Una e Santa Luzia.

A região é recortada por belíssimas praias, que, juntamente com os remanescentes de Mata Atlântica, compõem uma paisagem de raríssima beleza, reconhecida recentemente pela Unesco como Reserva da Biosfera. Apesar da declaração da Unesco ter sido realizada em 90, na Bahia, como nos estados do nordeste, o status só foi adquirido em 1992. Essa região é uma das áreas do país que recentemente tem atraído a atenção de entidades nacionais e estrangeiras ligadas à preocupação com a conservação dos remanescentes de Mata Atlântica ali existentes. De acordo com o Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB) (2002), a Mata Atlântica é internacionalmente reconhecida como o bioma de maior prioridade para conservação no continente americano, fato que se dá tanto por sua riqueza, sendo considerada, um dos biomas de maior biodiversidade do planeta. Nessa floresta são encontradas 1.361 (2%) de todas as espécies de mamíferos, aves, répteis e anfíbios do planeta, das quais 567 são endêmicas (só ocorrem ali), e

ainda possui 20.000 espécies de plantas das quais 8.000 também são endêmicas.

Segundo DEAN (1996), a Mata Atlântica, e a floresta de Madagascar, a mais ameaçada de extinção do mundo. A Mata Atlântica corresponde atualmente a apenas 8% da sua extensão original e em alto grau de fragmentação.

O enfoque sobre a necessidade de se conservarem os remanescentes de Mata Atlântica na região, traz consigo uma proposta de manejo dos recursos naturais que, na maioria das vezes, associada a interesses conservacionistas, tem restringido as práticas agrícolas desenvolvidas por pequenos produtores, que, em sua grande maioria, ainda se mantêm cultivando lavouras de subsistência plantadas tradicionalmente no sistema corte/queima. Por outro lado, as atividades voltadas para a conservação estão aliadas ao crescimento do número de grandes empreendimentos turísticos implantados na região, tendo como principal atrativo, a sua beleza natural.

Os projetos turísticos na região podem ser vistos como atividades que irão promover mais impactos sobre os recursos naturais que se encontram conservados, pois ao longo do tempo, a tendência natural é a atração de um número crescente de turistas e de empreendedores das mais diversas regiões do planeta. Dentro desse público, observam-se diferentes níveis de interesses na relação com os recursos naturais da região. Há, aqueles que acham que os remanescentes devem ser preservados apenas para o usufruto de um público seletivo e capitalizado. Dessa forma, podem-se ver, entre os interesses pela conservação dos remanescentes de Mata Atlântica na região sul da Bahia, os ideais de transformar áreas preservadas em locais de recreação para moradores das cidades e turistas estrangeiros, como vem acontecendo em outros países de Terceiro Mundo, sem que isso seja necessariamente transformado em benefícios para as populações locais.

Até recentemente, principal atividade econômica da região era a lavoura cacaueira que foi Implantada na região, no século XVIII a partir de mudas trazidas do estado do Pará. Desde 1836, a lavoura cacaueira da Bahia destacava-se como uma cultura voltada para a exportação. A grande adaptação dessa planta ao clima regional permitiu que suas áreas de cultivo fossem ampliadas e, “já em 1924, ocupava o primeiro lugar na economia

baiana, com uma produção de mais de um milhão de sacos, e o segundo lugar na produção mundial” (PALMEIRA e LEITE, 2001:4).

No cenário político nacional, o grupo composto por cacauicultores e empresas ligada à produção e comercialização do cacau, esteve entre aqueles contemplados pela política produtivista implantada no país a partir da década de 60. Anterior a isto, tem-se, em 1957, a fundação da CEPLAC (Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira), órgão federal que viria suprir a necessidade de uma entidade de caráter assistencial ligada à lavoura cacaueira. A este órgão caberia a responsabilidade de desenvolver e difundir tecnologias voltadas para suprir as demandas dessa lavoura. Dentro da lógica produtivista, que orientou a modernização da agricultura brasileira, a ação da CEPLAC buscou estabelecer a lavoura cacaueira dentro de padrões tecnológicos exigidos por aquele modelo.

Para que a cacauicultura fosse capaz de absorver novas tecnologias, foi criada em 1975, uma linha de crédito específica para a lavoura cacaueira, o PROCACAU, que visava, dentro dos padrões de desenvolvimento agrícola implantados no país, promover ganhos de produtividade na lavoura e renovar 400 mil hectares de cacau cultivados em sistema tradicional. A expansão da lavoura cacaueira irá promover a derrubada de áreas para implementação de novas lavouras, e de áreas onde o cultivo do cacau era feito sob a sombra da floresta nativa. De acordo com os estudos realizados por PALMEIRA e LEITE (2001), a estratégia de expansão da cacauicultura é indicada como responsável pela disseminação da vassoura-de-bruxa²⁰ (*Crinipellis perniciosa*), que passou a ocorrer na região, a partir de 1989, devido

“a existência precária de um cordão de isolamento fitossanitário, o trânsito de pessoas (mão-de-obra), materiais botânicos e cacau beneficiado das regiões amazônicas (local onde a praga é bastante disseminada) para a Bahia, seriam os fatores responsáveis pela situação atual de colapso da lavoura e da economia da região (PALMEIRA e LEITE, 2001).

A partir dessa afirmação, pode-se observar que as estratégias adotadas para proporcionar a melhoria da produtividade da lavoura cacaueira, permitiram a entrada do agente patológico que provocou o declínio dessa lavoura no final da década de 80.

²⁰ Doença fúngica, causada pelo agente etiológico *Crinipellis perniciosa*, identificado na região pela primeira vez em 1989. Esse fungo ataca a parte aérea do cacaueiro podendo reduzir em até 100% a sua capacidade produtiva.

4.1. Relação da lavoura cacaueira com a preservação da Mata Atlântica

Apesar de inserida no modelo de produção agrícola exportador e de ter sido beneficiada com a farta distribuição de créditos agrícolas nas décadas de 60 e 70, a dinâmica econômica, social e ambiental da lavoura cacaueira pode ser observada através de duas características marcantes que a diferenciam das principais culturas priorizadas pela modernização da agricultura brasileira: Uma, é o fato de seu cultivo ser realizado em sistemas agroflorestais, onde os plantios podem ser realizados à sombra do estrato florestal nativo e outra é que ela agregava um grande volume de mão-de-obra, dada sua peculiaridade de ter a maioria das atividades executadas através da utilização de trabalho manual.

Diferente de lavouras altamente mecanizadas como as de soja, milho e cana-de-açúcar, que promoveram a eliminação de grandes áreas florestadas para serem implantadas, a lavoura cacaueira permitiu a conservação de remanescentes de Mata Atlântica. De acordo com MAY e ROCHA (1996), 65% da área de lavoura cacaueira eram plantadas no sistema, cacau-cabruca²¹, onde o cultivo do cacaueiro era realizado sob a mata raleada. Segundo os autores acima citados, a permanência desse sistema de produção se deu através da resistência dos cacaucultores às propostas de inovação sugerida pela CEPLAC dentro do programa PROCACAU, a partir de 1975. Tais inovações, que visavam a superação dos sistemas tradicionais de cultivo, tinham como base, a limpeza total da área para a implementação de novas lavouras e a substituição de lavouras antigas por variedades mais produtivas.

A proposta da CEPLAC, que fazia parte das estratégias de modernização da agricultura brasileira, encontrou grande resistência entre os agricultores, pois as novas práticas contrariavam o sistema tradicional de cultivo baseado no sistema de cabruca, aumentavam os custos para a implementação de novas áreas, além de promover a eliminação de remanescentes florestais ainda existentes na região, o que não permitiu que as metas da CEPLAC fossem alcançadas.

²¹ Este sistema de produção consiste no plantio do cacaueiro à sombra da mata nativa após a retirada de árvores de pequeno porte.

Para satisfazer à grande demanda por mão-de-obra, as fazendas de cacau, geralmente, mantinham grande parte de seus trabalhadores morando na propriedade e ainda, demandavam contratação temporária durante os períodos de colheita. SANTOS FILHO (1995), relata que a lavoura cacaueira era responsável pelo emprego de 50% da mão-de-obra da população economicamente ativa na região. As pesquisas de PALMEIRA e LEITE (2001) relatam que na década de 80 existia um público de 300 mil empregados em uma área de 600 mil hectares de cacau, o que resulta na relação de um empregado para cada dois hectares de área cultivada.

O sistema tradicional de cultivo do cacau permitiu a convivência da lavoura com remanescentes florestais durante mais de dois séculos, desde a sua implantação na região, fato que atualmente desperta grande interesse de instituições ambientalistas devido à alta capacidade de regeneração da Mata Atlântica em caso de abandono da lavoura.

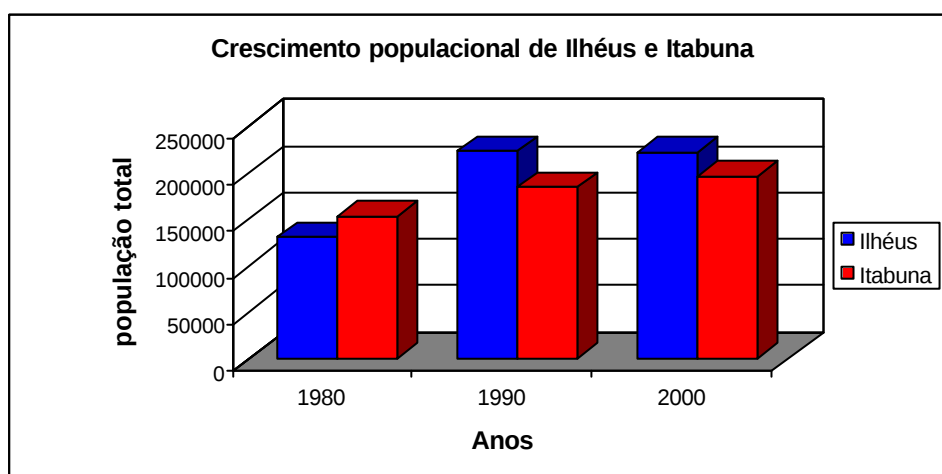
É comum na história da cacuicultura baiana, a presença de vários ciclos de crise e reestruturação da lavoura cacaueira, correlacionados com diferentes fatores, como por exemplo, anos de baixa produção intercalados com anos de super safras, concorrência e queda de preços no mercado internacional, entre outros. A recessão econômica que se estabeleceu na região cacaueira da Bahia na década de 80 também está associada a mais um desses ciclos.

De acordo com TREVIZAN (1998), tal recessão está diretamente relacionada a mais uma crise dessa lavoura provocada pela queda do preço do cacau no mercado internacional no início da década, e agravada, ao final desta, pelo aparecimento da vassoura-de-bruxa.

Diante da ameaça da instalação da vassoura-de-bruxa na região, devido aos seus danos e sua facilidade de proliferação, o tratamento mais adequado para combater e evitar que ela se alastrasse, era a eliminação e a queima dos ramos infectados, trabalho que exigia o aumento da demanda de mão-de-obra normalmente contratada para o manejo da lavoura. Dessa forma, criou-se uma nova demanda para a manutenção das lavouras, que resultou, conseqüentemente, no aumento do custo de produção, em um momento onde as perspectivas de preço eram declinantes no mercado internacional. Devido a

isso, muitas fazendas chegaram a ser abandonadas por seus proprietários e oferecidas ao INCRA para formação de assentamentos.

O declínio desta atividade econômica provocou na região cacaeira, de acordo com dados apresentados por MAY e ROCHA (1996), o desemprego de aproximadamente 250 mil trabalhadores. Os resultados da mobilização dessa grande massa de desempregados das fazendas cacaeiras podem ser percebidos pelo crescimento das populações urbanas nas maiores cidades da região, e pela formação de grupos voltados para a luta coletiva pela reforma agrária. Como consequência do êxodo rural, é possível observar um crescimento da população urbana e uma grande migração do interior do estado para as cidades litorâneas onde as atividades voltadas para o turismo apresentavam maiores perspectivas para obtenção de trabalho e renda. O gráfico abaixo mostra o crescimento da população de Ilhéus e Itabuna entre os anos de 1980 e 2000.



Fonte: IBGE (2000).

Figura 1 - Crescimento populacional de Ilhéus e Itabuna.

Os dados do IBGE mostram que as cidades de Itabuna e Ilhéus, principais centros urbanos da região, tiveram um crescimento populacional da ordem de 28% e de 69%, entre 1980 e 2000. Destas populações, 97% no município de Itabuna e 73% em Ilhéus encontram-se na zona urbana (IBGE, 2000). Grande parte desta população migrante passa então a aumentar a

parcela da população urbana que vive sob precárias condições, nas favelas e periferias das principais cidades da região.

À luz das mobilizações por reforma agrária realizadas em todo país durante o período da redemocratização, amplia-se na região, o número de ocupações de terras, por grupos constituídos principalmente por desempregados rurais, articulados por diferentes entidades sociais, atuantes na região. Como consequência destas mobilizações, das ocupações e da intervenção do Estado, observa-se a ampliação do número de assentamentos implantados na região. Ou seja, na região Sul da Bahia, paralelamente à ampliação das atividades dos grupos mediadores e da atuação do Estado, a intensificação do processo de implantação de assentamentos rurais está diretamente associada à decadência da atividade econômica predominante na região.

A ampliação do número de assentamentos na região cacaueteira tem gerado grandes discussões entre o Estado, as entidades ambientalistas, grupos mediadores e assentados, devido ao fato de serem os assentamentos apontados como grandes responsáveis pelo aumento da pressão social sobre os remanescentes de Mata Atlântica, até então preservados pela atividade cacaueteira. Após a conquista da terra, o assentamento deve se constituir como unidade produtiva, de moradia, de amplas relações sociais e de construção da cidadania, onde as famílias assentadas possam obter renda para a garantia da sua reprodução social. Contudo, a implantação de lavouras demanda a abertura de novas áreas, as quais têm sido realizadas em moldes ambientalmente insustentáveis, do ponto de vista das entidades ambientalistas, principalmente pelo uso da derruba e da queimada. Essas práticas se estabelecem em conflito com os interesses das entidades ambientalistas da região, preocupadas com a conservação da Mata Atlântica ainda existente.

Nesse sentido, as razões para o conflito entre os interesses das entidades ambientalistas e das famílias assentadas ficam bem caracterizadas pela adoção de práticas como a derrubada da mata e o uso do fogo, para o plantio das lavouras de subsistência, principalmente o milho, o feijão e a mandioca, e pela venda da madeira de lei apontada por MAY e ROCHA (1996), nos municípios de Itacaré e Una, como opção para obtenção de renda. Essas práticas vêm sendo combatidas pelo IBAMA e por entidades ambientalistas

regionais, envolvidas na campanha nacional pela preservação dos remanescentes de Mata Atlântica existentes no país.

Na região, atuantes nesta campanha, pode ser observada a presença de entidades governamentais como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e o Conselho Regional de Meio Ambiente (CRA). Como também entidades não governamentais, a exemplo do Instituto de Estudos Sócio-ambientais do Sul da Bahia (IESB) e do Jupará assessoria Agroecológica, sendo alguns projetos financiados por entidades internacionais, como a Conservation International, o World Wildlife Fund (WWF) a CARE²², as duas últimas desenvolvendo trabalhos em parceria em um dos assentamentos estudados.

Para os objetivos estabelecidos para a conservação da Mata Atlântica, têm sido propostas mudanças nas práticas produtivas adotadas nos assentamentos estudados, visando sua orientação no sentido de colaborar com a formação desses corredores. É neste ponto que, como já observado anteriormente, existem divergências entre as famílias assentadas e os grupos ambientalistas.

Partindo do conceito de racionalidade weberiano²³, OLSON (1999) trabalha com a idéia de que o indivíduo pode ser motivado a participar da ação, através de incentivos positivos ou negativos. Segundo esse autor, os incentivos para participar de uma ação devem ser concedidos de forma seletiva e diferenciada, podendo possuir caráter motivador (positivo) para aqueles que concordam, ou coercitivo (negativo), para os que não concordam com a ação. Contudo, a participação ou não em uma ação social depende fundamentalmente da decisão do indivíduo, sendo ele quem define se vai ou não colaborar com a ação. A sua participação, no entanto, está relacionada com a motivação do indivíduo a partir do momento em que ele percebe na participação, a possibilidade de obter um ganho privado, seja ele econômico ou social.

²² ONG internacional que trabalha com combate à pobreza. Seu nome vem da palavra care (carinho).

²³ Racionalidade para Weber é o que orienta a ação humana e está relacionada com o cálculo matemático onde as pessoas agem no sentido de maximizar os seus ganhos e minimizar os seus esforços.

De acordo com a teoria dos grupos sociais, desenvolvida por OLSON (1999), os membros de um grupo, buscando racionalmente a maximização dos seu bem estar pessoal,

“não agirão para atingir seus objetivos comuns ou grupais, a menos que haja alguma coerção para forçá-lo a tanto, ou a menos que algum incentivo à parte, diferente do objetivo comum ou grupal, seja oferecido aos membros do grupo individualmente, com condição de que eles ajudem a arcar com os custos ou ônus envolvidos na consecução desses objetivos grupais” (OLSON, 1999:14).

Com base nessa teoria, é possível inferir que os agricultores poderiam mudar suas práticas tradicionais para atividades mais voltadas à conservação ambiental, à medida que percebessem nessas práticas, a possibilidade de ganhos pessoais e lhes fossem concedidos incentivos para essa adoção. Segundo esse raciocínio, percebe-se que as multas aplicadas pelas entidades de fiscalização atuam como incentivos negativos, pois ampliam os custos da ação de derrubar e queimar a mata. Por outro lado, as atividades desenvolvidas pela ONG atuam como incentivos positivos, à medida que significam ganhos adicionais para a ação, que conserva o meio ambiente. Segundo o conceito de racionalidade, as pessoas estariam mais aptas a assimilarem uma nova prática a partir do momento em que ela se mostrasse superior às atividades desenvolvidas tradicionalmente.

Como já visto, das divergências entre a presença humana e a manutenção de recursos naturais, podem-se observar duas linhas diferentes que conduzem os ideais ambientalistas. Uma delas é a corrente preservacionista, cuja base estabelece o princípio de que a presença humana é prejudicial ao meio natural, tratando de forma isolada a natureza e o ser humano. A outra corrente segue a linha sócio-ambiental, cuja idéia de conservação da natureza está vinculada à necessidade de superação dos quadros de pobreza e de fome, tendo os ideais ambientais vinculados à existência dos seres humanos e à relação que estes estabelecem com o meio onde vivem. De acordo com a fundamentação teórica dessa segunda corrente de pensamento, será abordada a relação entre a produção e a conservação ambiental nos assentamentos estudados.

5. A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS CAJUEIRO E FORTALEZA: UM RESGATE HISTÓRICO

A formação dos assentamentos Cajueiro e Fortaleza ocorreu no período em que o país passava por intensas manifestações populares que caracterizaram a fase de transição entre a queda de 20 anos de ditadura militar e o primeiro governo após a redemocratização do país. Era um momento de efervescência política e os movimentos sociais faziam ecoar as suas demandas. Por outro lado, as forças políticas contrárias ao quadro de mudanças que haviam sido propostas durante a campanha presidencial, articulavam-se para a defesa dos seus direitos.

Nessa época, o Sul da Bahia passava por mais um período de crise da lavoura cacaueira e o quadro de mobilizações populares que aconteciam pôr todo país foi favorável à organização do crescente número de desempregados que, através de mobilizações sociais, como ocupações e caravanas, reivindicam a intervenção do governo federal para resolução de conflitos por terra que estavam acontecendo na região.

De acordo com as declarações colhidas durante as entrevistas com agricultores e agricultoras nos assentamentos, e com base na pesquisa sobre os impactos regionais da reforma agrária, realizada por PALMEIRA e LEITE (2001), a história da formação dos assentamentos está relacionada com o início da crise da lavoura cacaueira na década de 80, que antes do seu auge nos anos 90, já promovia grande deslocamento de empregados das fazendas

de cacau em busca de novas fazendas para se empregarem. A formação dos assentamentos é, portanto, representativa da luta de ex-empregados da lavoura cacaueira por um pedaço de terra própria, onde fosse possível se estabelecerem com suas famílias e exercerem suas atividades produtivas. Esses assentamentos têm a sua formação em 1987, durante o período em que as ações governamentais para a realização da reforma agrária eram amparadas legalmente pelo PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) do governo Sarney. A criação dos assentamentos na região, durante a década de 80, é marcada pela atuação da CPT, entidade que se destacava nacionalmente nas lutas por reforma agrária e era a mais atuante na região até aquele período.

De acordo com o relatório, naquele momento, a Comissão Pastoral da Terra era a principal força política de organização no meio rural, na região cacaueira. Essa entidade ganhou força na década de 80 com a vinda de D. Paulo Lopes de Farias para a Diocese de Itabuna, bispo que incentivava as ações e os trabalhos desenvolvidos pela Pastoral (PALMEIRA e LEITE, 2001).

O assentamento Cajueiro foi criado em 1987. A luta pela terra, no entanto, teve início no começo da década de 80 quando a fazenda foi ocupada por diversas famílias oriundas de diferentes localidades da região. De acordo com o relato de uma assentada, o local onde ocorreu a ocupação passou a ser chamado de Ruinha, devido ao fato de as casas terem sido construídas todas em um mesmo alinhamento. Os fazendeiros, segundo ela, eram dois sócios, que resolveram colocar as pessoas para fora, levaram a polícia junto com pistoleiros e fizeram o despejo das famílias que estavam na área. Dentre essas pessoas, encontrava-se uma senhora cujo marido tinha um contrato com o fazendeiro, mas havia ido embora e abandonado a família. Segundo o ponto de vista dessa assentada e de outras mulheres entrevistadas, a formação do assentamento Cajueiro se deu a partir da luta pessoal dessa senhora para permanecer na terra onde se encontrava. O marido dessa senhora tinha um contrato com o fazendeiro, mas havia abandonado a família. A mulher e os filhos ficaram na terra e já tinham uma estrutura montada, casa de moradia e casa de farinha, quando o fazendeiro veio fazer o despejo, queria colocá-la para fora junto com os outros. A partir da resistência dessa mulher, outras

peças foram se juntando e formou-se o grupo que conseguiu a desapropriação da terra.

Em 1985, as famílias, assessoradas pela CPT, recorrem ao governo federal, que de acordo com a política de assentamento proposta pelo Plano Nacional de Reforma Agrária, realizou a desapropriação da área, fazendo com que os fazendeiros, descontentes com o valor da indenização, recorressem à justiça, adiando por mais dois anos a resolução da questão, que resultou no assentamento das famílias, apenas em 1987. Porém, durante o período em que o processo estava sendo julgado, foram contratadas madeireiras que retiraram toda a madeira de lei de grande porte que existia na área. De acordo com os entrevistados, algumas famílias ficaram sabendo que a área estava desapropriada através de rádios regionais, “o INCRA começou a anunciar em rádio e aí começaram a vir pessoas de vários municípios para o Cajueiro” (Assentamento Cajueiro, 2002).

Segundo o relato dos assentados, a fazenda foi toda desapropriada, mas depois, a parte da sede retornou para o fazendeiro. Para um deles,

“quando foi desapropriado aqui, o assentamento ia até a praia, mas depois que a área estava desapropriada teve um cambalacho com o INCRA e a frente voltou para o fazendeiro” (Assentamento Cajueiro, 2002).

Essa afirmação é justificada pelo relatório da CEPLAC, citado por PALMEIRA e LEITE (2001), que registra a desapropriação inicial de 1.874 ha sendo que destes, 383,66 ha voltaram para o proprietário por tratar-se de uma área de praia, ficando nessa área a sede da fazenda.

A história da ocupação da Fazenda Fortaleza tem seu início na década de 70. Grande número de pessoas hoje assentadas veio para região antes da formação do assentamento e compraram posses. A grande maioria das famílias já tinha se estabelecido antes da desapropriação, segundo os assentados. A terra era tida como do Estado, onde já viviam alguns posseiros que estavam vendendo terras baratas e de boa qualidade. Para eles, os antigos posseiros não queriam trabalhar na terra, abriam um pequeno roçado e quando aparecia um comprador, eles o vendiam e iam para outro local. A fazenda era toda de mata.

De acordo com o relatório de PALMEIRA e LEITE (2001), a fazenda pertencia a um alemão que tinha ido embora na ocasião da Segunda Guerra. A

terra foi assumida por um suíço que foi até a Alemanha para regularizar a situação da Fazenda. Ele não encontrou o antigo dono e quando regressou a área estava ocupada.

Em 1976, apareceu uma pessoa dizendo-se proprietária das terras e apresentando um documento emitido pelo governo estadual comprovando a sua propriedade. Houve muitos conflitos, mas as famílias que estavam morando na área resistiram e isso fez com que o pretenso dono desistisse da briga e vendesse a terra para outro fazendeiro. De acordo com os assentados, este intensificou os conflitos, destruiu casas e roças, mas as famílias continuaram resistindo e as terras foram passadas a um terceiro proprietário, dessa vez uma empresa. Os conflitos continuaram e em 1987 a terra foi desapropriada pelo INCRA. Alguns agricultores relatam a atuação da CPT também nessa desapropriação, muitos enfatizaram o fato de ela ter organizado uma caravana até Salvador onde os agricultores ficaram acampados até a desapropriação.

“Ela fretava os ônibus e nos levava para Salvador. A gente chegava ia falar com o chefe lá do INCRA. Foi a CPT que ajudou a gente a desapropriar isso aqui. Fretou aqui 5 ônibus, levou duzentas e tantas pessoas para Salvador, dessa vez foi que desapropriou, chegamos lá na frente do INCRA e acampamos lá, levou mulher, menino, eu sei que nesse dia, graças a Deus, desapropriou, aí eles afastaram e nós pegamos a trabalhar. Não fosse eles atrapalharem a vida da gente a gente tava melhor” (depoimento de um assentado do Assentamento Fortaleza, em setembro de 2002).

Segundo o depoimento do assentado J, que chegou para a região em 1970, a luta não foi fácil. Quando chegou, era tudo mata. Ele, o irmão e um cunhado começaram a derrubar e plantar cacau. A roça já estava plantada quando chegaram uns homens armados arrancando o cacau e querendo indenizar as benfeitorias que eles haviam feito. De acordo com ele,

“tinha gente que já tinha um cacauzinho plantado, eles rancavam. Mandaram uma ação pra gente não trabalhar mais. Aí nós procuramos um advogado. Uns faziam um saco de farinha, outro fazia meio pra ir pra Itabuna procurar o advogado. Então, o advogado vinha aí no foro, derrubava ação deles e mandava nós trabalhar. Sei dizer que foram muitos anos nessa luta. Com um pouco, uns vendia para os outros, por final ficou um tal advogado de Salvador. Chegou por aqui dando uns tiros, ele mesmo atirava no carro dele para dizer que tinha sido os posseiros. Você sabe esse negócio de reforma agrária como é que é. Então Deus ajudou que o Zé Sarney ganhou, e desapropriou pra nós e aí acabou a tentativa” (Assentamento Fortaleza, 2002).

O depoimento desse agricultor expressa bem a dificuldade que tiveram para garantir a posse da terra que eles haviam comprado de outros posseiros

ou grileiros e as sucessivas tentativas por parte daqueles que se diziam proprietários para tomar-lhes as terras. A referência ao plantio do cacau, já nas primeiras roças implantadas irá ajudar futuramente a diferenciar e a compreender a situação sócio-ambiental que se mostrará de forma bem distinta nos dois assentamentos.

5.1. Localização e caracterização dos assentamentos

Como já foi dito anteriormente, a região onde se realizou a pesquisa tinha como principal fonte de renda, a lavoura cacaueira, que, com o advento da vassoura-de-bruxa, a partir de 1989, começou a ceder espaço para atividades econômicas, entre elas, a retirada de madeira, a criação de gado, o turismo, e a formação de assentamentos rurais. Dos 209 assentamentos de reforma agrária existentes na Bahia, 33 estão localizados na região cacaueira. Isso corresponde a 15,7% do número de assentamentos, 5,5% do número de famílias assentadas e 2,8% da área total ocupada por assentamentos rurais no estado. O município de Una está localizado na parte sul da região cacaueira, distante 515 km Salvador, tendo como principal acesso a rodovia BA-001, no trecho entre os municípios de Ilhéus e Canavieiras. A cidade fica localizada a 57 km de Ilhéus e a 37 km de Canavieiras. Com uma população de 31.261 habitantes, dos quais 15.987 (51%), vivem na zona rural (IBGE, 2000). A Figura 2 mostra a localização do município.

O município tem a agricultura como sua principal atividade econômica caracterizada pela grande diversidade de espécies cultivadas como, cacau, seringueira, pupunha, guaraná, pimenta, abacaxi, cupuaçu entre outras sendo predominante a área ocupada pelo cultivo da seringueira e do cacau. Geralmente, como pode ser visto nas margens da rodovia que corta o município e na estrada que dá acesso ao assentamento Fortaleza, essas culturas estão plantadas em sistemas agroflorestais cacau/seringa. No município, existem quatro assentamentos de reforma agrária, dos quais três foram criados em 1987 e um em 1998. Nesses encontram-se assentadas 163 famílias ocupando uma área de 4.522 hectares.

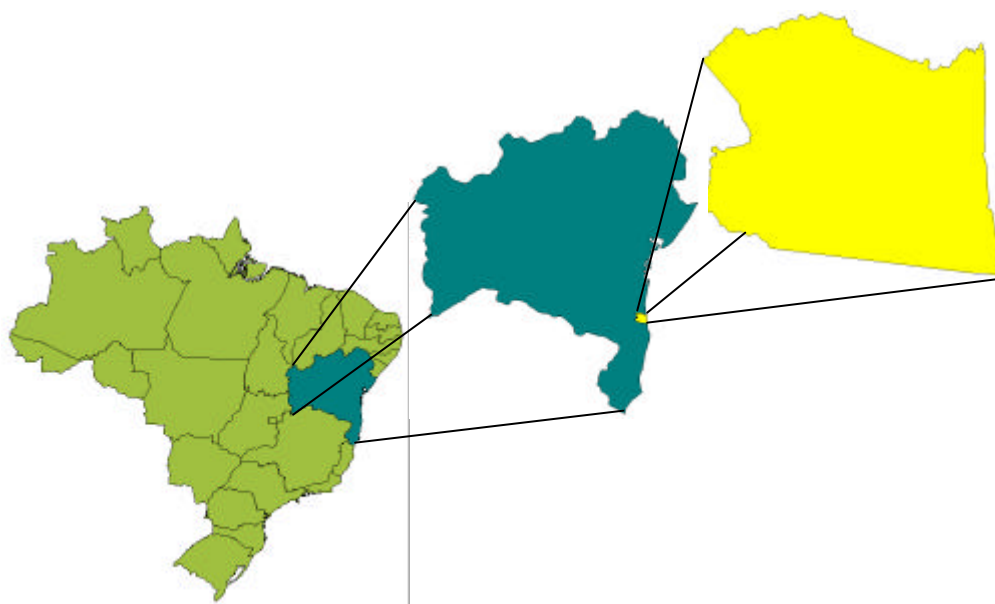


Figura 2 - Localização do município.

O assentamento Cajueiro, onde vivem 55 famílias em uma área de 1598 ha, está localizado a 30 quilômetros da sede do município, e o seu acesso dá-se através da rodovia BA-001, no sentido da Cidade de Ilhéus, distante cinco quilômetros da margem esquerda da rodovia. O acesso ao assentamento é feito por estrada de terra em mau estado de conservação, o que torna o trânsito de veículos, em períodos de chuva, praticamente impossível. Os lotes do assentamento têm em média 25 ha onde as famílias desenvolvem suas atividades produtivas. Foi verificado que em grande parte do assentamento o solo tem baixa fertilidade é composto principalmente por areia quatrzoza, o que pode nos ajudar a compreender o predomínio da lavoura de mandioca como alternativa de produção.

Segundo o depoimento dos agricultores a terra é propícia para o cultivo de coqueiro e esta cultura já foi implantada no assentamento através de projetos produtivos elaborados pela CEPLAC com recursos do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), mas, muitos acabaram vendendo as plantas antes de começar a produção. As palmeiras foram vendidas para compradores de Una que as adquiriam para fins paisagísticos, segundo ele as palmeiras eram levadas para São Paulo. Tiveram muitos inclusive que não chegaram a receber o pagamento pelos coqueiros e para não ficarem em total prejuízo aceitaram o pagamento em forma de cestas básicas.

Hoje muitos agricultores estão comprando coco para fabricarem o beiju. Como relata o agricultor Z,

“quase todo mundo aqui está vivendo do beiju e muitos ainda compra o coco por que nem coco tem. Quem plantou e não vendeu ainda tem uns coquinho, pouco, mas tem. E quem vendeu os pés se lascou, por que agora estão na compra de coco” (Assentamento Cajueiro, 2002).

O agricultor apresentou como justificativa para a venda dos coqueiros o pela falta de falta de orientação técnica na compra das mudas, ao invés de plantarem coqueiros precoces, que começam a produzir a partir do segundo ano de plantados, plantaram coqueiros comuns, que levam mais de cinco anos para iniciar a produção. Quando perceberam o equívoco que tinham cometido, resolveram vender os coqueiro para comprar mudas de variedades precoces, o que de fato não aconteceu e hoje estão comprando coco par fabricarem o beiju.

Ocupando uma área de 1.101 ha, e com 50 famílias assentadas em lotes que variam entre 15 e 18 ha, o assentamento Fortaleza fica situado a 20 km da sede do município e seu acesso se dá através da rodovia que liga os municípios de Una e Arataca. A rodovia é de terra e em períodos de chuva torna-se difícil o acesso ao assentamento. Diferente do outro assentamento este tem um solo de melhor fertilidade, “terra boa prá cacau” como disse um dos entrevistados. A terra é argilosa e como pôde ser visto ao longo da rodovia que leva ao assentamento, predomina na região o cultivo do cacaueiro e da seringueira, estando também presentes os cultivos de pimenta-do-reino e guaraná, e essas lavouras também estão presentes no assentamento onde a grande maioria dos cultivos é realizada em sistemas agroflorestais. O assentamento Fortaleza difere-se do Cajueiro pela melhor qualidade dos solos existentes o que tem permitido às famílias daquele assentamento uma maior diversidade de culturas voltadas tanto para o auto-consumo quanto para a comercialização.

5.2. Os assentamentos Cajueiro e Fortaleza e a demanda pela conservação ambiental

Para o estudo da relação estabelecida entre a demanda pela preservação ambiental na região cacaueira da Bahia, tomou-se como

referência, a formação da Reserva Biológica de Una em 1980, no entorno da qual, em 1987, foram implantados os assentamentos estudados. A princípio, a reserva foi criada com o objetivo de preservar o mico-leão de cara dourada (*Leontopithecus chrysomelas*), espécie ameaçada de extinção e endêmica na região. Posteriormente, de acordo com seu diretor, os objetivos da reserva foram ampliados e, hoje ela é uma unidade de conservação na categoria de reserva biológica, cujo objetivo é preservar toda a sua biodiversidade e não apenas o primata. Se espécies ameaçadas de extinção a exemplo do mico-leão de cara dourada, ainda puderem ser encontradas no interior da reserva, isso significa que o ambiente e muitas outras espécies devem estar protegidos.

Apesar de os assentamentos estarem situados no entorno da reserva, não existe uma relação próxima com o IBAMA. A presença da entidade nos assentamentos só ocorre se houver alguma denúncia de agressão à natureza. Para a diretoria da reserva, tais assentamentos alcançaram um nível de organização tal, que atualmente já não é mais necessária a presença da entidade como órgão fiscalizador. Ele ainda ressalta a importância dos assentamentos na formação de corredores ecológicos que permitam a ligação entre a reserva e outros remanescentes próximos. A pesquisa, no entanto, como será mostrado posteriormente, constatou atividades de agressão ambiental e entre elas a retirada de madeira.

A idéia de constituição de corredores ecológicos coloca para esses assentamentos a possibilidade de contribuírem para que a reserva não venha se tornar, futuramente, um fragmento de mata isolado, o que, de acordo com representante do IBAMA, faria com que a reserva perdesse seus objetivos, pois, isoladas, a maioria das espécies existentes não conseguiria sobreviver e estaria fadada ao desaparecimento.

O discurso atual a respeito da conservação ambiental na região cacaueira da Bahia, de acordo com o IESB (2002), propõe a superação do conceito de *Wilderness*, por uma concepção de conservação ambiental fundamentada no conceito de corredores ecológicos, onde a idéia de se constituírem unidades de conservação isoladas, é substituída pela proposta de se obterem diferentes unidades de conservação, interligadas por corredores naturais.

Nesse novo cenário, a proposta para a conservação não se baseia apenas em áreas pertencentes ao Estado destinadas para esse fim, mas envolvem também áreas de remanescentes florestais em propriedades privadas, para as quais estão sendo propostas a formação de reservas particulares na categoria de RPPN²⁴ (Reserva Particular do Patrimônio Nacional), como uma das alternativas possíveis para a efetivação dessa proposta.

Nos assentamentos pesquisados, a proposta de manejo que insere a preocupação ambiental, foi introduzida pelo Jupará, Assessoria Agroecológica, uma ONG, sediada em Ilhéus e que desenvolve trabalhos em vários municípios da região, em parceria com WWF. O interesse no desenvolvimento desses trabalhos nos assentamentos Cajueiro e Fortaleza, pode ser compreendido pelo fato de ser o WWF uma das entidades parceiras na aquisição da área que hoje compreende a reserva de Una.

De acordo com documentos publicados pelo Jupará, a formação da entidade é resultado da articulação do coletivo de entidades formada pelo Pólo Sindical, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que buscavam acrescentar nas suas ações, as demandas por viabilidade econômica e ambiental. Essa articulação resultou na formação de uma entidade voltada especificamente a assessoria a pequenos produtores. O Jupará, de acordo com seus materiais de divulgação, tem em seus objetivos a promoção do desenvolvimento sustentável nos assentamentos, buscando vincular a promoção do desenvolvimento social econômico e cultural dos assentamentos, a práticas de conservação ambiental (JUPARÁ, 2002).

As práticas sugeridas pela entidade têm base em restrições a derrubada de remanescentes florestais, às queimadas e ao uso de insumos químicos e, como pôde ser visto, não se estabelecem de forma consensual entre as famílias assentadas. Isso foi observado quando em ambos os assentamentos, uma minoria de famílias trabalha segundo as orientações técnicas sugeridas pelo do Jupará.

Segundo as informações obtidas durante a pesquisa de campo no Assentamento Cajueiro, são seis as famílias que trabalham com a entidade e

²⁴ Uma RPPN é uma área particular do território nacional destinada para fins de conservação ambiental, por iniciativa do proprietário.

no Assentamento Fortaleza o grupo é composto por 17 famílias, respectivamente 10% e 32% do total das famílias assentadas em cada área. Com base no número total de famílias assistidas pelo Jupará em ambos os assentamentos, existem aproximadamente 21% das famílias desenvolvendo suas atividades produtivas, a princípio, segundo a proposta de conservação ambiental. Esse número representa o total de famílias que foram sensibilizadas pela proposta da ONG e resolveram assimilar as mudanças sugeridas no exercício das suas atividades produtivas.

Dentre os entrevistados, 70% admitem fazer uso da derrubada e das queimadas, principais práticas combatidas na proposta de manejo de áreas remanescentes de Mata Atlântica. Entre esses, 35% trabalham com a assessoria do Jupará e 65% não contam com nenhum tipo de assistência técnica. Durante entrevista, quando perguntados por que continuavam queimando, mesmo sendo esta uma prática desestimulada pelo IBAMA e pelo Jupará, muitos deles justificaram que faziam apenas “queimadas leves”, e somente em área nova, que nunca havia sido queimada anteriormente.

A derruba e a queima são práticas tradicionalmente utilizadas na agricultura de países tropicais, principalmente em áreas de pequena produção e de baixo nível tecnológico. De acordo com FELIPIM (2002), o uso do sistema corte/queima é tradicionalmente utilizado em regiões tropicais úmidas e está voltado para a prática da agricultura de subsistência. Para ele, esse sistema, comumente feito em rotação, permite que áreas anteriormente cultivadas recuperem a sua fertilidade natural para serem novamente utilizadas. Os principais fatores negativos apontados no uso dessa prática são a promoção do desmatamento e os danos à fertilidade natural do solo, que sofre grande redução em dois ou três anos de uso, quando então passa a ser derrubada uma nova área. No assentamento Cajueiro, segundo os assentados, é muito raro se obterem dois plantios sucessivos no mesmo local, por isso associando a contínua atividade de derrubadas e queimadas à baixa capacidade de recuperação dessas áreas, ficam comprometidas, a um médio prazo, tanto a manutenção dos remanescentes florestais quanto à sobrevivência das famílias assentadas. Isso por sua vez requer a intervenção que possibilite o estabelecimento de culturas perenes adaptadas às condições dos solos deste assentamento.

Sem as práticas da queimada e da derrubada, muitas famílias afirmam que não conseguiriam plantar as lavouras, das quais retiram os seus sustentos. Segundo alguns agricultores, a terra do assentamento Cajueiro, não permite boa produção se não for queimada.

A resistência dos agricultores à nova proposta de manejo, principalmente por restringir o uso do fogo, pode ser compreendida por contrariar um conhecimento adquirido ao longo do tempo, e que tem sido realizado em locais, aonde grupos tradicionais vêm se mantendo e garantindo a preservação dos recursos naturais. A proposta de manejo implantada pelo Jupará demanda uma mudança de comportamento dos agricultores, portanto uma mudança cultural, na qual, valores, conhecimentos e tradições passam a ser questionados, muitas vezes criticados e não considerados em nome de uma proposta de conservação ambiental que apresenta riscos à garantia de sua subsistência.

Os agricultores justificam que as culturas produzem mais nas áreas queimadas, e esse argumento que é confirmado por uma pesquisa realizada em solos da Mata Atlântica na década de 80, na qual foi comprovado que o uso do fogo promoveu uma melhoria na fertilidade do solo, que resultou em ganho de produtividade da lavoura implantada, quando comparada com outras áreas onde não houve a queima. Segundo a pesquisa, a melhoria se dá devido à diminuição da acidez do solo pela ação das cinzas, pelo aumento da concentração de nutrientes e redução da toxidez causada por alumínio²⁵. A essa prática é também atribuída a função de controle de pragas e doenças (FELIPIM, 2002). De acordo com essas informações a queima proporciona uma reposição de nutrientes ao solo através das cinzas, portanto não existindo queimadas tais solos necessitam de outras formas de reposição de nutriente que permitam o desenvolvimento das culturas plantadas.

Avaliando essa informação, a partir da racionalidade com relação à tradição, pode-se compreender que a resistência às práticas propostas pelo Jupará, pelo fato de que a forma tradicional de produzir está ao longo do tempo garantindo a sobrevivência dos produtores, e, por isso, é mais racional mantê-

²⁵ A toxidez causada pelo alumínio está relacionada ao pH do solo. Ou seja, um solo ácido é aquele onde é alta a concentração desse elemento. A presença de elevada concentração de alumínio no solo impede a absorção de nutriente pelas plantas, o que resulta em menor produção.

la, a experimentar uma outra com a qual não estejam familiarizados ou cujos resultados não conheçam. Essa racionalidade, por sua vez, não está fundamentada estritamente no cálculo de retorno econômico, mas, na demanda de mão-de-obra para sua efetivação e nos riscos a que os agricultores poderiam estar sendo expostos quanto à segurança alimentar, haja vista que, em sua maioria, as famílias assentadas encontram-se produzindo para a garantia da subsistência.

Analisando as formas como se deram a introdução das discussões sobre a conservação ambiental e a proposta de manejo realizada nos assentamentos, é possível verificar a possibilidade de os agricultores virem a obter uma maior remuneração por seus produtos, através da comercialização de produtos orgânicos, o que seria um exemplo de incentivos positivos desenvolvido por OLSON (1999). A partir dos argumentos desse autor, percebe-se que o pequeno número de famílias trabalhando segundo as recomendações da equipe de mediação é composto por aqueles que, de alguma forma, percebem na proposta, a possibilidade de obter maior retorno econômico a partir da produção e venda diferenciada de produtos orgânicos e de ser reconhecido dentro e fora do assentamento, como agricultor “agroecologista”²⁶. Dessa forma, a participação de mais pessoas dentro da perspectiva conservacionista dependerá tanto da motivação promovida pelo grupo inicialmente mobilizado como das críticas e observações que farão aqueles que inicialmente resistiram à proposta.

Dentro desse ponto de vista, o aumento ou diminuição do número de pessoas que passarão a adotar a proposta de manejo do Jupará, dependerão em grande medida, dos resultados obtidos pelas famílias que já utilizam as práticas. Ou seja, as práticas desenvolvidas pelas famílias sensibilizadas acabarão servindo de parâmetro para estimular ou desestimular outras famílias a adotarem a nova proposta.

Observando-se o comportamento de adoção ou não das práticas propostas pela entidade de assessoria, foi possível perceber a existência de dois grupos diferenciados nos assentamentos. Um que se autodefine, como agricultores agroecologistas, por adotarem práticas de conservação, e outro

²⁶ São aqueles que assessorados pelo Jupará, desenvolvem suas atividades produtivas a partir de práticas que visam a conservação dos recursos naturais existentes no assentamento e nos seus lotes.

formado por aqueles que resistem à adoção dessas práticas. Essa diferença permitiu a observação de disputa entre os grupos, estando mais acirrada no assentamento Cajueiro, onde um dos entrevistados justifica o conflito, devido a divergências políticas. O grupo dos não agroecologistas, ligado a uma forte liderança do assentamento, não concorda com os trabalhos do Jupará. Nesse assentamento, as disputas não se restringem apenas ao uso ou não de determinada prática, mas acabam delimitando diferenças nas relações sociais, políticas e econômicas existentes no assentamento, sendo refletidas nas difíceis tomadas de decisão dentro da associação. Segundo uma das entrevistadas essa divergência também está fundamentada no vínculo que a atual diretoria da associação mantém com um vereador do PFL que também era assentado no Cajueiro. No assentamento Fortaleza, apesar de alguns posicionamentos contrários ao manejo conservacionista, não foi possível observar essas divergências dentro da associação.

Apesar das diferenças observadas na relação estabelecida entre cada grupo com os recursos naturais, foi constatado o uso do fogo em ambos os assentamentos e nos diferentes grupos existentes. Essa prática, no entanto, é mais intensiva no assentamento Cajueiro, onde a principal atividade econômica está baseada na venda do beiju, produto fabricado artesanalmente nas casas de farinha, a partir do beneficiamento da mandioca. No assentamento Fortaleza, os produtos voltados para a comercialização são provenientes do cultivo de lavouras perenes, em sua maioria, em sistemas agroflorestais. Este fato faz desse assentamento um modelo no que se concebe como uma relação benéfica entre a produção e a conservação de remanescentes de Mata Atlântica, onde grande parte da área se encontra coberta por vegetação nativa ou por cultivos em agroflorestas.

Apresentando e discutindo as práticas produtivas adotadas nos assentamentos, busca-se nos próximos tópicos desse capítulo compreender como tais práticas podem ser empreendidas social e economicamente a partir da relação estabelecida com as propostas voltadas para a conservação ambiental. Procurando-se ainda compreender como cada uma delas se estabelece e por que se diferenciam nas duas áreas estudadas.

5.2.1. Extração de madeira

Segundo MAY e ROCHA (1996), a prática da extração de madeira tem sido utilizada na região como uma das estratégias para obtenção de recursos financeiros pelas famílias assentadas. Tal afirmação foi confirmada durante a pesquisa de campo no assentamento Cajueiro, quando, segundo um agricultor, a mata existente no assentamento Cajueiro foi toda “quebrada”, durante os dois anos que se passaram entre a desapropriação e a entrada das famílias na área, tempo decorrido para o julgamento do recurso apresentado pelo fazendeiro. Nesse período o proprietário contratou madeireiras e retirou toda a madeira de lei de porte comercial existente no assentamento. Quando as famílias foram assentadas, em um primeiro momento, mantiveram contato com compradores de madeira e continuaram com essa prática. Como já não havia madeiras de porte para a comercialização com serrarias, muitos deles passaram então a derrubar árvores mais finas para a produção de estacas.

Do ponto de vista ambiental, a extração ilegal de madeira é uma das atividades mais depredadoras a serem praticadas nas áreas de interesse conservacionista. Ela não se restringe a áreas que serão aproveitadas para implantação de lavouras. São retiradas madeiras de lei, geralmente espécies centenárias e de alto valor biótico, que são as principais produtoras de sementes nos locais onde estão localizadas e se estabelecem como prioritárias na manutenção do equilíbrio do bioma.

O extrativismo da madeira para produção de estacas, como mostra a Figura 3, pôde ser verificado no assentamento Cajueiro. Sua relação com a conservação é muito mais danosa que as práticas de uso do fogo. Segundo os argumentos apresentados pelos assentados, os tiradores de madeira, na sua maioria, não têm interesse em transformar as áreas derrubadas em plantios, e tendem a abandoná-las, quando não mais restarem árvores de valor comercial em seu lote. Outro fato revelado, é que tais pessoas acabam influenciando outras famílias a venderem árvores de suas áreas.



Figura 3 - Retirada de estaca no Assentamento Cajueiro.

De acordo com eles, existem lotes no assentamento que confirmam tal afirmação, onde, após a retirada da madeira, o dono do lote não retornou mais ao assentamento. Para um assentado entrevistado, a falta de madeira no lote torna difícil até a introdução de outra família, visto que, em determinadas áreas “não se encontra madeira nem para se fazer um galinheiro”.

Para esse tipo de ação é cabível aquilo a que OLSON (1999) se refere como incentivos negativos, que através do seu caráter punitivo, poderiam desestimular a prática de determinadas ações. Nesse caso, a postura da associação e a ação dos órgãos de fiscalização perante a lei vigente poderiam ser utilizadas para coibir o exercício de tais práticas no assentamento e simultaneamente desenvolver outras, menos agressivas do ponto de vista ambiental.

5.2.2. Lavouras de milho e feijão

O cultivo de lavouras de subsistência nos assentamentos é uma das atividades tidas como promotoras do aumento da pressão sobre os remanescentes de Mata Atlântica na região. Essa atividade, encontrada em ambos os assentamentos, está diretamente associada aos cultivos voltados

para o autoconsumo, ou seja, essas culturas não estão destinadas para a comercialização, são pouco produtivas e continuam sendo plantadas para a alimentação das famílias e de pequenos animais. Há entre as famílias entrevistadas, aquelas que justificam a não criação de aves por não conseguirem a produção de milho suficiente para sustenta-las. De acordo como os dados de campo, esses cultivos são geralmente realizados em pequenas áreas, geralmente menores que um hectare. O questionamento quanto à sua manutenção é pelo fato de que a grande maioria dos agricultores utiliza o sistema de corte e queima. Nesse sistema a área é utilizada por um determinado período, sendo abandonada após dois a três cultivos, para recuperação da sua fertilidade ou, como é mais comum nos assentamento Fortaleza, é aproveitada para plantio de lavouras perenes. Alguns agricultores, assessorados pelo Jupará, falaram na realização desses cultivos sem o uso do fogo. Segundo eles, o plantio é feito na capoeira fina, onde são realizadas roçagens e capinas com enxada para limpeza da área.

Individualmente essa atividade tem pouco impacto sobre a conservação dos recursos naturais. Esse tipo de cultivo tem sido tradicionalmente utilizado por pequenos agricultores de regiões tropicais e ao longo do tempo tem permitido sua convivência com remanescentes florestais.

5.2.3. Cultivo de mandioca

Realizada nos moldes dos cultivos anteriores, muitas vezes na mesma área, esta lavoura também se encontra presente em ambos os assentamentos. A mandioca é a principal cultura produzida no assentamento Cajueiro e a maioria dos agricultores faz seus plantios com uso do fogo. Segundo eles, só é possível plantar uma vez em cada área, portanto, nesse caso, essa atividade poderá comprometer a manutenção de remanescentes existentes, visto que, a cada ano, se faz necessária a abertura de novas áreas para o plantio. O conflito entre esta prática e as demandas pela preservação ambiental está diretamente relacionado com a derruba e a queima para o preparo das áreas a serem cultivadas. Entre os agricultores que dizem ser assessorados pelo Jupará, há aqueles que afirmaram fazer seus cultivos sem o uso do fogo,

maneja a capoeira fina²⁷ apenas com roçagens e arrumação dos restos vegetais, que são enleirados para a formação do que eles chamam de faixas de retenção em curva de nível²⁸.

O predomínio do cultivo da mandioca no Cajueiro está diretamente associado com a baixa fertilidade do solo. Essa cultura, por ser pouco exigente em nutrientes, acaba sendo cultivada em áreas onde seria difícil o desenvolvimento de outra cultura, dentro do baixo padrão tecnológico utilizado pelos agricultores. Para se ter uma idéia, alguns agricultores falaram que conseguem realizar apenas um plantio nas áreas de roçado. Dessa forma o cultivo da mandioca deve ser realizado em uma nova área a cada ano.

Entre os agricultores, de ambos os assentamentos, foi possível perceber a existência de divergência entre a proposta de manejo do Jupará e as práticas comumente utilizadas. No Cajueiro, agricultores não pertencentes ao grupo assessorado afirmaram que a terra não produz se não for queimada e adubada, e que os “agroecologistas” estão comprando a goma, porque não estão conseguindo produzir a mandioca dentro da proposta agroecológica.

Essa afirmação chamou a atenção para a divergência entre a proposta agroecológica e as práticas tradicionalmente utilizadas pela maioria das famílias assentadas, do ponto de vista da sua viabilidade técnica. Eles afirmam que a outra forma não está dando certo, justificando, assim, a manutenção da forma de manejo atual. Durante entrevista com as famílias, foi possível perceber que a maioria dos que dizem serem assessorados pelo Jupará está comprando goma na cidade para continuar fabricando o beiju. Para um desses agricultores de fora do grupo, o questionamento quanto a eficiência da proposta agroecológica pôde ser resumido na seguinte questão:

“como é que eu vou plantar sem queimar e sem usar adubo, se os que falam que trabalha com agroecologia não dão conta de produzir nem a mandioca para fazer o beiju?” (Assentamento Cajueiro, 2002).

Esse questionamento colocado durante uma entrevista atentou para duas questões existentes no assentamento Cajueiro. Uma foi o fato de ser

²⁷ Essa é uma vegetação típica de áreas que já foram derrubadas em anos anteriores e encontra-se em regeneração. Nessas áreas é comum a presença de espécies pioneiras como a embaúba e as samambaias.

²⁸ Essa é uma das práticas propostas pela entidade assessora, que consiste na construção de leiras com o mato roçado, objetivando o aproveitamento desse material no local onde se encontrava e ajudando a prevenir a erosão do solo em locais inclinados.

verificada a inexistência de práticas agroecológicas com a lavoura de mandioca visto a sua importância no sustento das famílias. A resposta obtida para esta questão foi que tal prática é desestimulada pela entidade assessora pelo fato de agredir o meio ambiente. E outra é que as práticas desenvolvidas pelas famílias assessoradas são continuamente avaliadas pelas outras que não concordaram em aderir à proposta de manejo agroecológico. Se os resultados fossem positivos, acredita-se que ao invés de questionar, mais famílias estariam procurando integrar as práticas agroecológicas às suas formas de produção.

No assentamento Cajueiro verificou-se uma intensificação dos trabalhos nas casas de farinha a partir da quarta-feira quando começam a fabricar os beijos que serão vendidos na sexta-feira em Una, e em Ilhéus, aos sábados. Para deslocarem-se até as cidades os agricultores percorrem em média cinco quilômetros até a rodovia onde pegam o ônibus.

A Figura 4 mostra um agricultor do assentamento Cajueiro carregando um balaio de Beiju.



Figura 4 - Agricultor carregando balaio de beiju.

Esse agricultor disse que para vender o seu beiju, sai oferecendo nas casas e passa boa parte do dia vendendo o seu o produto. Dessa forma, consegue um preço melhor do que os outros que vão vender na feira onde a concorrência é muito grande.

5.2.4. Extrativismo da piaçava

Essa atividade foi citada no assentamento Cajueiro, onde segundo as famílias, a palmeira é encontrada associada à mata e em brotações nas áreas que foram queimadas. A piaçava (*Attalea funífera*) ocorre no litoral da Bahia, Alagoas e Sergipe tendo maior concentração no litoral baiano. Segundo CASALI (2002), na faixa litorânea, a piaçaveira é encontrada em solos arenosos, associados à vegetação secundária sob mata ou em áreas expostas à luz e, na medida em que se afasta do litoral, pode ser encontrada em regiões de solos argilosos. Como árvore nativa, essa palmeira é encontrada em toda a área do assentamento, sendo o seu extrativismo, na área de reserva comunitária, a única fonte de renda citada, utilizada para a manutenção da associação.

Apesar de ter surgido como uma das atividades de importância econômica, o extrativismo da piaçava está diretamente relacionado com a preservação ambiental, pois ele é realizado sem a necessidade de derrubar as palmeiras. De acordo como o agrônomo do IESB, tem sido levantada a importância dessa palmeira na recuperação de áreas degradadas, pois, como uma planta pioneira, a piaçava apresenta grande potencial de germinação em áreas onde foi retirada a cobertura vegetal. Dessa forma, o incentivo ao plantio dessas árvores pode vir a ser uma das alternativas viáveis dentro da perspectiva de aliar a conservação dos recursos naturais com práticas que gerem retorno econômico e ainda com potencial para recuperação de áreas degradadas.

O valor econômico da piaçava está relacionado à produção de fibra, muito utilizada na fabricação de vassouras, cordas, enchimento de estofados, cobertura de cabanas, entre outros (CASALI, 2002; MOREAU, 1997). A extração da fibra da piaçava é uma prática tradicional de origem indígena, na

qual o piaçaveiro²⁹ deve ser dotado de muita habilidade para retirar a fibra sem danificar a palmeira. As fibras são extraídas das bainhas das folhas maduras, que devem ser cortadas pela base. As fibras desprendem-se lateralmente ao longo do pecíolo foliar. Após retirada, a piaçava é comercializada no próprio assentamento com atravessadores, que no último ano, pagaram entre R\$ 13,00 (treze reais) e R\$15,00 (quinze reais) por arroba.

Apesar de não ter sido relatado nas entrevistas, obviamente por não ser extraído pelos assentados, outro produto da piaçaveira é o seu coco, utilizado na fabricação de farinhas a partir do mesocarpo, na produção de carvão, na confecção de artesanatos e de outros produtos industriais (Zugaib e Costa 1988, citado por MOREAU, 1997).

Do ponto de vista ecológico e ambiental, a importância dessa palmeira está no fato de ser uma espécie endêmica na região e a sua presença está associada a solos de baixa fertilidade natural, geralmente descartados para outros fins agrícolas. Essa característica, associada à sua germinação natural em áreas derrubadas e queimadas, faz da piaçava, uma espécie de enorme potencial para recomposição de áreas degradadas. A Figura 5 mostra uma área em recuperação com a presença da piaçava.



Figura 5 - Crescimento de piaçava em área degradada.

²⁹ Este nome é dado às pessoas que retiram a piaçava. Muitas vezes quando os donos da piaçava não sabem ou não querem fazer a extração, procuram um piaçaveiro e posteriormente dividem a produção.

Outra característica importante é que após a recuperação das áreas, a piaçava pode ser cultivada em sistema agroflorestal com espécies como a seringueira e o cacau.

Estudos realizados por MOREAU (1997), comparando a exploração da piaçava em quatro tipos de manejo diferentes, (extração na mata, sistema agroflorestal, em pastagens e cultivos isolados), com a lavoura cacaueira, propõe a piaçava como uma das alternativas de diversificação da estrutura produtiva da região cacaueira. De acordo com os dados apresentados por esse autor, o retorno econômico da piaçava é superior ao do cacau em todos os tipos de manejo estudados, o que sugere o manejo da piaçava como uma das alternativas de produção associada à conservação ambiental que pode propiciar retorno econômico para as famílias assentadas no Cajueiro.

5.2.5. Sistemas agroflorestais

Dentre os sistemas produtivos encontrados nos assentamentos, este é o que representou maior proximidade entre as demandas ambientais e produtivas. Como já foi dito, essa forma de manejo permite a convivência das lavouras implantadas com a vegetação nativa. Quando não, como é comum nos cultivos de cacau/seringa, o extrato vegetal é substituído por uma cobertura perene, onde geralmente, segundo os casos vistos nos assentamentos, existem várias espécies diferentes cultivadas ou nativas, presentes em uma mesma área.

Do ponto de vista econômico, a exploração de sistemas agroflorestais permite ao agricultor a obtenção de renda com a venda da sua produção em diferentes épocas do ano, de acordo com as safras de cada cultura implantada. O assentamento Fortaleza, por possuir um solo de melhor fertilidade, mais adequado ao cultivo do cacau, possui esse tipo de lavoura implantada desde as primeiras ocupações da área, anterior à formação do assentamento. Nesse assentamento, todos os entrevistados admitem estar fazendo preservação ambiental pelo fato de não possuírem áreas descobertas e por estarem plantando cacau e seringa.

Observando os cultivos praticados na região próxima ao assentamento, é possível verificar a predominância do sistema cacau/seringa implantado em

grande escala. Isso leva à conclusão de que a implantação dessas culturas no assentamento Fortaleza segue a lógica da recomendação técnica regional difundida a través da CEPLAC, que introduziu o cultivo da seringueira associado com a lavoura de cacau, obtendo-se com isso, um aumento da produtividade da terra.

Fazendo-se um cronograma das principais atividades econômicas desenvolvidas nesse assentamento, de acordo com o sistema de produção de um dos agricultores visitados, foi possível verificar, conforme o Quadro 1, a entrada de recursos financeiros em diferentes épocas, dando-lhe uma certa estabilidade ao longo do ano.

Quadro 1 - Períodos de safras das principais culturas encontradas em sistemas agroflorestais no assentamento Fortaleza

Meses em produção	Culturas			
	Pimenta	Cacau	Seringa	Guaraná
Janeiro				
Fevereiro				
Março				
Abril				
Maio				
Junho				
Julho				
Agosto				
Setembro				
Outubro				
Novembro				
Dezembro				

Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com o Quadro 1, é possível verificar que, diferente da situação do assentamento Cajueiro, no Fortaleza, as famílias possuem maior diversidade produtiva. Destacando as quatro atividades principais voltadas para a comercialização, o quadro mostra que nos meses de janeiro e fevereiro, os agricultores possuem duas espécies em produção: a seringueira e o guaraná.

Nos meses de março e abril, passam a ter a produção de cacau, ficando assim com três espécies de valor econômico em produção: cacau, guaraná e seringa. No mês de maio, com produção de cacau e seringa, e a partir de junho, passam a contar com a produção da pimenta-do-reino, ficando assim com três espécies em produção até o mês de setembro, quando chega ao final a safra do cacau e da pimenta. E somente nos meses de outubro a dezembro, eles ficam com apenas uma opção de renda, que é a extração do látex da seringueira.

A Figura 6 mostra o sistema cacau-seringa e dois agricultores que se ajudam mutuamente na manutenção da lavoura.



Figura 6 - Sistema cacau seringa.

Segundo os agricultores, a seringa é vendida de 15 em 15 dias e o cacau é comercializado em pequenas quantidades, semanalmente, até o mês de setembro, quando a produção é maior e termina a safra.

6. AS PROPOSTAS PARA O MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS E OS INCENTIVOS À SUA ADOÇÃO

Partindo das informações obtidas durante a pesquisa de campo, ficou evidenciado que as propostas de manejo de conservação dos recursos naturais nos assentamentos foram introduzidas nos assentamentos partir da atuação do Jupará Assessoria Agroecológica. Dessa forma, fica evidenciado que a necessidade de executar práticas produtivas aliadas a práticas de conservação ambiental, é uma demanda que não tem origem nas necessidades das famílias assentadas, mas, sim, nos objetivos e interesses da entidade assessora em desenvolver ações que visam o incentivo à conservação da Mata Atlântica existente na região cacaueteira da Bahia.

De acordo com informação dos assentados, a equipe do Jupará chegou em ambos assentamentos em 1995. Apresentou-se como uma equipe técnica e manifestou o desejo de trabalhar com as famílias assentadas. Dentro da equipe algumas pessoas já eram conhecidas dos assentados que participavam do movimento sindical na região. Durante a reunião que foi realizada para apresentação da entidade e sua proposta de trabalho, segundo os assentados, a equipe, explicou que as famílias que resolvessem trabalhar com eles, seriam incentivadas a desenvolver práticas agrícolas voltadas para a conservação ambiental onde seria abolido o uso das derrubadas, do fogo e de insumos químicos. De início cerca de 20 famílias no assentamento Cajueiro e 17 no Fortaleza concordaram com a proposta da equipe, as demais levantaram

questionamentos sobre a viabilidade das práticas sugeridas e a dificuldade de sua implementação, enquanto um pequeno grupo favorável se dispôs a executar suas atividades segundo as recomendações do Jupará. Diante disso, foi elaborada uma ata comprovando que a entidade havia sido aceita por parte dos assentados para trabalhar nos assentamentos.

Nesse período, os assentados passavam por dificuldades financeiras para pagamento dos créditos de investimento, cujos projetos haviam sido elaborados pela equipe da CEPLAC. Essa entidade, segundo eles, recusava-se a emitir um laudo para o banco, solicitando a renegociação dos pagamentos, uma vez que os plantios que haviam sido feitos, ainda não apresentavam resultados que permitissem o pagamento das dívidas assumidas. Nisso, o Jupará interviu, fornecendo os laudos para que a dívida fosse negociada. Nesse caso, a ação da entidade beneficiou a todos, mesmo àqueles que se haviam recusado a aceitar sua proposta de assistência técnica e houve a negociação do crédito. De acordo com a agricultora L, no assentamento Fortaleza, “todos seguem as orientações do Jupará com relação ao banco, mas, quanto ao plantio com adubo orgânico, só 17 é que seguem”, ou seja, apenas aqueles que concordaram em trabalhar segundo a proposta de manejo agroecológico.

O fato de os assentamentos não contarem com outra entidade que lhes prestasse uma assistência técnica efetiva, fez com que o Jupará passasse a ser visto, fora do assentamento, como a entidade responsável pela assessoria a todas as famílias. Porém, no ambiente interno, essa relação não se estabelece de forma consensual e apenas as famílias que aceitaram a proposta ecológica, passaram a ser assessoradas.

O Jupará, desde sua fundação em 1995, conta com o apoio financeiro da WWF - Brasil, e tem como objetivos estabelecer uma proposta de educação e gestão ambiental, que alie a conservação dos remanescentes florestais dos assentamentos com propostas de produção em moldes ambientalmente sustentáveis. A proposta de manejo feita pela entidade tem como base um plano de manejo que visa a manutenção de 30% da área destinada à preservação, 40% da explorada com sistemas agroflorestais e 30% da destinada a práticas agropecuárias de baixo impacto. Nessa última parcela, ficam também incluídas as áreas de moradias e outras instalações. Do ponto

de vista do interesse ambiental, a proposta da entidade supera as demandas estabelecidas por lei, na qual a área de reserva legal é estipulada em 20% da área total, sendo, na maioria das vezes, proposta de forma coletiva, como as existentes em ambos os assentamentos.

O trabalho do Jupará visa o desenvolvimento de estratégias produtivas que permitam a manutenção desses remanescentes e ainda possibilite a recuperação de áreas anteriormente derrubadas, com a implantação de sistemas agroflorestais além de incentivar os assentados a manterem áreas de reserva em seus lotes. De início, a estratégia adotada pela entidade tinha como finalidade, sensibilizar e capacitar um pequeno grupo de agricultores nas práticas agroecológicas a serem desenvolvidas, estimulando as famílias a desenvolverem práticas de trabalhos coletivos e de organização da associação. Essa atuação tinha um de seus objetivos estimular outras famílias para a adoção dessa prática. O grupo capacitado atuaria como multiplicador das práticas tidas como agroecológicas, tornando suas próprias lavouras exemplos de um padrão produtivo viável e voltado para a conservação dos recursos naturais. A implantação desta proposta de manejo nos assentamentos era acompanhada por um fundo de crédito rotativo, incentivos à prática de mutirões, implantação de lavouras demonstrativas, cursos de capacitação realizados em Ilhéus e nos assentamentos, entre outros.

Do ponto de vista econômico, além do capital rotativo, o maior atrativo era a produção e comercialização de produtos orgânicos em sistemas agroflorestais, que, a partir da perspectiva de um preço diferenciado no mercado, os agricultores obteriam melhor retorno por seus produtos e tenderiam, naturalmente, a abandonar as práticas tradicionais, diminuindo dessa forma, a pressão exercida sobre os remanescentes florestais.

Nesse momento, é válido ressaltar que a estratégia de certificação e comercialização de produtos orgânicos vem sendo uma prática proposta também pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB), através da COOPERUNA, com outras comunidades de pequenos agricultores do município de Una. Portanto, as entidades atuantes no município que visam a substituição das práticas tradicionais por outras mais sustentáveis, do ponto de vista ambiental, têm apostado na certificação das propriedades para o cultivo e comercialização de produtos orgânicos, tendo o cacau como principal

produto representativo da viabilidade entre produção e conservação da floresta. Segundo os critérios da COOPERUNA, para a obtenção da certificação é necessário que as famílias, além de adotarem as práticas recomendadas, ainda possuam áreas de reservas particulares nas suas propriedades, estando, dessa forma, contribuindo para a manutenção dos remanescentes florestais existentes no município.

6.1. Da dependência financeira à falta de continuidade das ações

Segundo o assentado T, apesar das divergências e das críticas aos assentados que até então vinham trabalhando de acordo com as recomendações feitas pelo Jupará, o trabalho de formação era crescente. Muitas pessoas que, de início, eram descrentes da possibilidade de trabalhar sem o uso do fogo ou do agrotóxico, já começavam a se aproximar para saber como as coisas estavam indo, perguntavam sobre a produção e manifestavam o interesse em experimentar as práticas e até mesmo passar a fazer parte do grupo.

Nesse período, o assentamento Cajueiro chegou a ter um grupo de 25 pessoas que, total ou parcialmente, vinham adotando as recomendações do Jupará. No entanto, a crise financeira pela qual passou a entidade entre os anos de 1999 a 2001, prejudicou em muito, o andamento da proposta. Nessa época, o projeto ficou parado, e a entidade deixou de dar assistência técnica e acompanhamento aos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos nos assentamentos, restando apenas seis famílias que dizem trabalhar segundo as recomendações da entidade assessora.

A relação, com os assentado do assentamento Cajueiro já havia sido abalada pela não aprovação de um projeto de reflorestamento que vinha sendo negociado com a entidade financiadora, WWF, tornou-se mais difícil nesse período. As lideranças do grupo de agroecologistas passaram a ser cobrados, não só pelos contrários à proposta, mas também por aqueles que já faziam parte do grupo e viam na proposta de reflorestamento, a possibilidade de obterem ganhos pessoais que garantiriam o futuro das famílias. O fato de o projeto não ter sido aprovado pelo agente financeiro, além de frustrar as expectativas de verem implementadas ações em um curto prazo, também

colocaram dúvidas, quanto à efetivação de outras propostas que haviam sido feitas pela equipe de mediação. Segundo a agricultora J, o grupo que era contrário à proposta do Jupará,

“diziam que a gente ia morrer de fome, que esse trabalho de agroecologia era invenção do Jupará. Perguntavam quem era que ia viver sem queimar? O que a terra ia dá sem adubo químico?. Então esse grupo foi se fortalecendo para retirar o presidente da associação que na época apoiava a proposta do Jupará, pois tirando o presidente também tirariam o Jupará do assentamento” (Assentamento Cajueiro, 2002).

Para essa agricultora, as pessoas do grupo inicialmente mobilizado eram tidas como bobas por terem acreditado em uma proposta “ilusória” feita pelo Jupará, e vinham sendo freqüentemente criticadas e questionadas quanto ao andamento de suas atividades. Estabeleceu-se uma relação conflituosa entre aqueles que ainda acreditavam na proposta da entidade mediadora e aqueles que desde o início haviam se posicionado contrariamente. O grupo contrário, por sua vez, se fortalecia, à medida que as dificuldades financeiras do Jupará iam aumentando, e os trabalhos no assentamento iam sendo abandonados. Desta forma, o grupo resistente via confirmar a idéia pré-estabelecida quanto a inviabilidade daquela forma de trabalho.

Quando o dinheiro do novo projeto veio a ser liberado, devido ao grande número de conflitos e divergências internas, o grupo inicial do assentamento Cajueiro estava enfraquecido. Projetos como a fábrica de adubo orgânico, que estava sendo construída naquele assentamento, haviam sido abandonados, o mesmo acontecendo com a casa de farinha comunitária. Algumas lideranças se afastaram do projeto, outras saíram do assentamento e foram morar na cidade. Esses fatos levaram os assentados a recuarem no interesse que manifestavam de fazer parte do grupo e trabalhar segundo a nova proposta produtiva.

A situação no assentamento Cajueiro chegou a tal ponto que foi eleita uma nova diretoria da associação com membros do grupo que não apoiavam a proposta de atuação do Jupará. Essa nova diretoria optou pela retirada da entidade do assentamento e pela busca de outras entidades que pudessem realizar o trabalho de assistência técnica às famílias assentadas. Segundo o assentado M, foram procuradas entidades como a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), mas como não estava prevista a liberação

de créditos para os assentados, nenhuma das entidades se dispôs a trabalhar no assentamento. Atualmente, mesmo com a retirada do Jupará do assentamento, restam seis famílias de agricultores que buscam manter suas práticas dentro do padrão produtivo proposto pela entidade, enquanto os demais continuam trabalhando segundo suas necessidades e seus conhecimentos.

A falta de recursos que se abateu sobre a entidade mediadora e que, por sua vez, provocou uma descontinuidade no projeto que estava sendo implementado, é um fator de grande relevância na compreensão da relação entre produção e preservação, no caso específico do assentamento Cajueiro. As opiniões pessoais e ações dos técnicos muitas vezes eram contraditórias com o que havia sido proposto anteriormente. Isso, por sua vez, promoveu um descrédito na proposta porque os agricultores, não conseguindo observar a continuidade do processo, passam a ver as ações (formação, organização e produção), de forma isolada, desvinculadas de uma proposta maior que, de acordo com os objetivos da entidade, seria a construção de um padrão de desenvolvimento sustentável nas comunidades trabalhadas. Sob tais condições, os problemas tendem a ser acirrados e acabam esbarrando em demandas técnicas, e, não conseguindo superar tais demandas, torna-se difícil dar continuidade a um trabalho, elaborado segundo as convicções da entidade, para promoção de melhorias nas condições sociais e econômicas das famílias assessoradas.

Tomando-se como base os estudos realizados por VIVAN (1998) na região cacaueira da Bahia, a proposta de implantação de sistemas agroflorestais implica em um conjunto de ações que vão se desenvolvendo ao longo do tempo com sucessão ecológica de espécies nativas e cultivadas. No início do processo são plantadas lavouras anuais destinadas à produção de grãos para o atendimento da produção imediata de alimentos, até a estabilidade do sistema quando se encontram em produção, as lavouras perenes e as plantas lenhosas. Para esse autor, o sucesso da estratégia produtiva por meio da implantação de sistemas agroflorestais passa pela necessidade de reconhecimento das relações que a população local estabelece com os recursos naturais e na obtenção de informações que

possam contribuir para o enriquecimento e a interação da proposta com os conhecimentos já disponíveis.

Muitas etapas de plantio e supressão de espécies são realizadas até que o sistema alcance o seu estágio de equilíbrio o que acontece aproximadamente 10 anos após a implantação. A partir desse período, com o sistema estabilizado, é possível diminuir a densidade das espécies que foram implantadas, deixando apenas as mais adaptadas e mais produtivas, podendo ser introduzidas novas espécies adaptadas àquelas condições. As espécies que serão plantadas no sistema variam de acordo com o interesse dos produtores e as condições edafoclimáticas da região onde serão implantados. Em sistemas agroflorestais, podem ser introduzidas espécies ornamentais, medicinais, como também destinadas à produção de palmito, madeira, etc. O autor ressalta a importância desses sistemas serem produtivos desde a sua implantação para satisfazer as necessidades das famílias.

Comparando-se os estudos realizados por VIVAN (1998), com a duração do projeto por apenas quatro anos, no assentamento Cajueiro, é possível entender a inexistência de exemplos que comprovem a viabilidade sócio-econômica de sistemas agroflorestais que sirvam de referência aos agricultores como um novo padrão produtivo, capaz de substituir as práticas tradicionais e por causa disto as críticas feitas pelos agricultores à proposta de produção agroecológica.

Passado o período de crise financeira da instituição, o projeto seguinte, aprovado pelo WWF, cujo recurso passou a ser liberado a partir de 2001, tinha como objetivo estabelecer canais de comercialização de produtos orgânicos através da Cooperativa de Pequenos Produtores e Produtoras Agroecologistas do Sul da Bahia (COOPASB), que fora organizada para tal fim. Buscando-se estabelecer uma relação lógica entre os projetos, é possível perceber um pré-suposto de que as comunidades já haviam alcançado um patamar de organização e produção tal, que se fazia necessário o estabelecimento de uma estrutura para a comercialização, o que de fato não aconteceu no assentamento Cajueiro.

Foi a partir da articulação dessa cooperativa que, segundo o JUPARÁ (2002), foram certificadas 311 famílias em diversas cidades da região pelo Instituto Biodinâmico Brasileiro (IBD) e exportadas 15 toneladas de cacau

orgânico para a Suíça em 2002. A partir dessa exportação, a intenção da entidade financiadora era a realização de uma campanha internacional objetivando a arrecadação de fundos para preservação da Mata Atlântica.

O assentamento Fortaleza, onde o cultivo do cacau se dá tradicionalmente em sistemas agroflorestais desde as primeiras ocupações realizadas ainda nas décadas de 70, bem como outros assentamentos constituídos em fazendas de cacau e assessorados por essa entidade, foram os principais beneficiados com a aprovação do novo projeto. Nesse assentamento, o grupo manteve-se unido, e, segundo eles, vem atraindo a proposta de outras entidades como a *CARE*, que financiou a implantação de uma “bodega³⁰” comunitária no assentamento e financiará a enxertia dos cacaueiros com variedades resistentes à vassoura-de-bruxa. Segundo o assentado C, a vinda da *CARE* é fruto da organização existente no assentamento e por isso acredita que outras entidades também poderão despertar o interesse por desenvolver atividades naquela área.

De acordo com as entrevistas, além das pessoas que inicialmente concordaram com a proposta de manejo da entidade de mediação, existe atualmente uma demanda crescente de outras que querem passar a fazer parte do grupo. A perspectiva, a partir da certificação orgânica, é que sejam conquistados preços diferenciados, não apenas para o cacau, mas também para outros produtos cultivados no assentamento como, a pimenta, o guaraná e a seringa, e dessa forma consigam melhorar a renda e conseqüentemente possam ter melhores condições de vida.

Nesse assentamento, apesar da constatação do uso de derrubadas e queimadas, foi encontrado um grande número de agricultores que têm nos cultivos realizados em sistemas agroflorestais, sua principal atividade geradora de renda. A intervenção da proposta de manejo do Jupará para este assentamento consiste em incentivar a implantação de novos sistemas apenas em áreas de capoeira, evitando o uso de derrubadas e queimadas, preservando as áreas de mata. Apesar de não haver uma periodicidade de visitas nem acompanhamento técnico por parte da entidade assessora, o grupo mobilizado

³⁰ Trata-se de uma mercearia que vende os produtos com preços diferenciados para sócios e não sócios e ainda funciona como posto da COOPASB, para a compra da produção dos assentados que pertencem ao núcleo da cooperativa.

nesse assentamento apresenta-se mais coeso e tem incentivado outras famílias a adotarem tais práticas. Esse incentivo, como observado durante a visita ao assentamento, além de ser efetivado durante as reuniões da associação, é também realizado nos mutirões que o grupo promove para manutenção de uma área demonstrativa de cultivos associados com a manutenção da capoeira, onde após a roçagem o mato é amontoado em faixas entre as ruas das culturas implantadas. Tem sido mantida a biomassa no sistema que após a decomposição contribuirá para a manutenção da matéria orgânica e o aumento da fertilidade do solo.

Para os assentados no Fortaleza, se a entidade tivesse continuado com o programa do fundo rotativo, mais famílias teriam adotado as práticas de manejo e as queimadas estariam sendo evitadas durante a implantação de novas áreas. Isto é observado por eles, argumentando que fazer os plantios sem utilização do fogo, além de exigir uma maior conscientização quanto à necessidade de conservação da Mata Atlântica, exige também, mais trabalho para implantação e manutenção das lavouras.

A Figura 7 mostra uma área destinada à implantação de um sistema agroflorestal onde pode ser vista uma lavoura de mandioca plantada em área de capoeira, sem ter sido utilizado o fogo na limpeza da área, atividade que vem sendo mantida por um grupo de seis agricultores trabalhando em mutirões.

Apesar dos problemas enfrentados pela entidade para dar acompanhamento na implementação de sua proposta de manejo, pôde-se observar que a prática de conservação ambiental está presente entre as famílias assentadas. Mesmo aquelas que não trabalham com a assessoria do Jupará admitem ser importante conservação do meio ambiente, e ainda afirmam que essa demanda tem sido levantada por todas as entidades que vão ao assentamento. A importância da conservação ambiental e a condenação das práticas de derrubada e queimada têm sido enfocadas em todos os encontros de que participam. No entanto, políticas e recursos para que tais práticas sejam superadas fazem parte de um grande número de promessas ainda não cumpridas.



Figura 7 - Sistema implantado em áreas de capoeira.

6.2. O estado de conservação dos recursos naturais nos assentamentos

Ainda que tenha sido observada a extração de estacas, o uso de derrubadas e queimadas nos assentamentos, observou-se grande quantidade de remanescentes florestais presentes em ambos. De acordo com os entrevistados, existem em ambos, áreas de reserva legal coletiva, que por lei devem corresponder a 20% da área total. As áreas de reserva são de 300 ha no assentamento Cajueiro e de 220 ha no assentamento Fortaleza. Além dessas áreas, 90% do assentados entrevistados afirmaram possuir áreas de reservas em seus lotes. Tais reservas, de acordo com os dados levantados, variaram entre 2 e 15 ha, estando a maior área em lotes onde só existia mata. Apesar da implantação de lavouras no sistema corte/queima, as famílias assentadas ainda convivem com boa parcela de áreas conservadas e todas as pessoas entrevistadas afirmaram também não desmatarem as nascentes, e outras estão reflorestando as margens do rio que corta seus lotes onde a mata foi retirada anteriormente.

Para uma grande maioria dos agricultores entrevistados, a existência da reserva coletiva é irrelevante por não poderem fazer uso dos recursos

existentes naquela área. Ela é tida por muitos agricultores como uma área sem utilidade, ou seja, não vêem a reserva coletiva como uma propriedade comum. Muitos chegam a dizer que aquela área é do IBAMA, por que não podem fazer nenhum uso dela, outros, no entanto, acham importante a existência da reserva porque conservando aquela área, defendem o direito de fazer uso total do seu lote.

A Figura 8 mostra, ao fundo, parte da reserva existente no assentamento Cajueiro.



Figura 8 - Reserva do assentamento Cajueiro.

Se as pessoas não conseguem perceber a validade da existência da reserva legal, ao menos justificam a existência das reservas particulares como necessárias para que possam conseguir madeira para uso próprio, e também com a visão de conservar uma área que poderá ter utilidade no futuro, na perspectiva de que essa área deverá ser utilizada a longo prazo e que será passada a outras gerações, por isso, é importante garantir a existências de áreas conservadas. Essa idéia é bem expressa pelo agricultor F, quando afirma que é importante conservar o meio ambiente por que,

“amanhã pode ser meu filho, pode ser meu neto, ou qualquer outra pessoa que precise cuidar daquilo ali, que a gente vai ficando velho, não vai querer aquela área porque não tem nenhuma madeira, nem um pau para fazer uma casa, não tem um mato, tá tudo descoberto, o que é que vai fazer? Vai viver de que? Vai embora” (Assentamento Fortaleza, 2002).

Existem também agricultores que justificam a manutenção das matas nos lotes, por ainda não ter havido, até o momento, a necessidade intervirem nessas áreas, mas que, existindo, passarão a fazer uso desse recurso e se for necessário, irão derrubar e queimar. Também entre esses, predomina a idéia de que o solo não pode ficar descoberto, devendo ser plantado com lavouras perenes, a exemplo de áreas cultivadas com cacau e seringa.

Outro fator importante, do ponto de vista ambiental, é demonstrado na relação dos assentados com o uso da água, pois todos demonstraram a preocupação em manter a vegetação das nascentes.

Nessa relação estabelecida com a conservação de matas encontradas ao longo dos cursos dos d'água tem grande significado do ponto de vista ambiental. É possível perceber a grande contribuição que esses agricultores vêm dando para a manutenção não apenas de remanescentes de mata, mas também, de fontes de água potável que irão abastecer córregos e rios, que uma vez tendo ultrapassado as fronteiras dos seus lotes irão abastecer outros lotes e tantas outras famílias, demonstrando a importância da conservação e do uso coletivo desse recurso. Dessa forma, a atitude dos assentados pode ser vista como uma grande contribuição para conservação ambiental pois, mantendo a cobertura vegetal nas nascentes, eles estão contribuindo para a manutenção de um recurso natural imprescindível para a manutenção da vida de muitas outras espécies animais e vegetais, como também de seres humanos residentes em áreas urbanas.

Correlacionando a vegetação existente nos assentamentos com o tempo, cerca de 15 anos, em que as famílias estão vivendo no local e fazendo uso dos seus recursos naturais, a existência marcante de grande quantidade de mata na paisagem pode estar diretamente correlacionada ao baixo nível tecnológico da agricultura praticada nessas regiões, onde as atividades produtivas são realizadas essencialmente por trabalho manual. Não foi verificada nenhuma área de cultivo mecanizado, onde, geralmente, é retirada toda a vegetação nativa e devido a isso, os impactos sobre os recursos

naturais são mais facilmente percebidos. A Figura 9 mostra a implantação do cultivo da seringueira no assentamento Fortaleza, onde foi utilizado o sistema corte/queima para limpeza da área. Observa-se nessa foto, a presença de mudas de seringueira e da lavoura de mandioca como a primeira cultura implantada na área, para a garantia de produção imediata. A presença de uma cultura perene no sistema pode ser observado como um indicador de que essa área não será mais queimada e terá sua cobertura vegetal composta por sistemas agroflorestais, prática ambientalmente desejável.



Figura 9 - Plantio de mandioca e seringueira.

Apesar de um menor número de famílias admitir realizar suas atividades preocupadas com a conservação ambiental, todos os entrevistados afirmaram que evitam fazer roçado em áreas de mata. Geralmente, procuram as áreas de capoeira³¹ para fazerem os plantios, exceto naqueles casos onde a capoeira já foi toda ocupada e só resta a mata para plantar.

³¹ Áreas que já foram derrubadas e queimadas em períodos anteriores e encontram-se em recuperação. Essa mata é caracterizada pela predominância de espécies arbustivas, consideradas no processo de sucessão natural como pioneiras.

Do ponto de vista ambiental, as áreas de mata deveriam ser conservadas, pois é com esse objetivo que estão sendo propostas as novas atividades produtivas. No entanto, não se deve desconsiderar que na pequena agricultura descapitalizada, as práticas agrícolas de subsistência vão continuar existindo, ou coexistindo com lavouras voltadas para fins comerciais, e a ampliação das áreas de lavouras vai ocorrer proporcionalmente às demandas produtivas e à quantidade de mão-de-obra existente nas famílias. São as culturas de auto-sustento que têm garantido a permanência da agricultura familiar em um contexto de mercado globalizado, onde a tecnologia moderna dinamizou e aumentou a eficiência do processo produtivo. As lavouras de subsistência estão diretamente associadas à necessidade da garantia da segurança alimentar, e apesar de sua forma de manejo ser reprovada pelas entidades ambientalistas são elas que, ao longo do tempo, têm mantido populações carentes do meio rural afastadas dos perigos da fome. Se tais lavouras não têm permitido às famílias o aumento nos seus padrões de consumo ou a melhoria das suas condições materiais de existência, ao menos, lhes têm garantido condições de vida superiores às de famílias faveladas nas grandes cidades, em convivência quotidianamente com a violência e os riscos da fome.

Com base no conceito de desenvolvimento sustentável, no qual as necessidades presentes devem ser garantidas sem comprometer as futuras, a inversão deste pensamento também seria lógico, ou seja, a demanda pela garantia das necessidades futuras não deve comprometer as necessidades presentes. Essa inversão foi observada nos assentamentos quando estabelecido o dilema entre produzir e conservar, sendo prioritárias as ações voltadas para a conservação. De acordo com o observado naquela realidade, pode-se inferir que a garantia da conservação dos recursos naturais nos assentamentos não obterá êxito se não forem satisfeitas as necessidades atuais de produção para a subsistência.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando-se como base os exemplos da pequena agricultura descapitalizada, praticada no país, pode-se perceber que ela é caracterizada pela prática de policultivos, cujo principal objetivo é a garantia da segurança alimentar, onde é comum serem encontradas, lavouras de milho, feijão, arroz, mandioca e hortaliças, associadas ou não, a cultivos voltados para a comercialização. Com base nessa constatação, é possível afirmar que uma proposta de desenvolvimento sustentável seja precedida e, ou, associada a ações que visem a garantia da segurança alimentar. Uma vez alcançado um nível satisfatório de segurança, as famílias estariam mais aptas a experimentar outras formas de produção, mais associadas às demandas ambientais.

A adoção de práticas ambientalmente sustentáveis nos assentamentos será alcançada à medida que as famílias tenham garantidas a reprodução das suas formas de vida e tenham afastado do seu convívio, os riscos de passar fome. Portanto, passar de um padrão que promove degradação para outro que incorpore as demandas conservacionistas está diretamente relacionado com a superação das necessidades da produção para subsistência. A atual condição em que vive a maioria das famílias dos assentamentos estudados, principalmente no assentamento Cajueiro, não permite arriscar novas formas de produção, abandonando, de imediato, aquelas que lhes têm garantido a

existência, enquanto seres humanos. De acordo com os assentados, a renda obtida com a venda dos seus produtos é geralmente usada para comprar alimentos que não produzem, por isso, adotam a prática de produzir o beiju semanalmente. Essa mesma estratégia foi observada no assentamento Fortaleza, onde o cacau, a pimenta e o guaraná, vão sendo colhidos, secos e comercializados semanal ou quinzenalmente, dependendo da quantidade colhida ou da necessidade de dinheiro. Essa informação foi confirmada pela não observação, em ambos os assentamentos, de estruturas para armazenamento de produtos que poderiam ser utilizados tanto para comercialização em grandes quantidades quanto para aguardar melhores preços.

Alternativas de manejo dos recursos naturais podem ser propostas e devem ser experimentadas, mas não serão implementadas de forma massiva enquanto não tiverem comprovado sua superioridade frente às formas tradicionais de produção, e essa foi uma das questões observadas nos questionamentos e rejeição da proposta no assentamento Cajueiro. Nesse sentido, o conceito de sustentabilidade é aqui adotado, a partir de perspectivas de que a demanda pela conservação da Mata Atlântica possa possibilitar a conservação das famílias que necessitam intervir e manejar os recursos desta floresta para satisfação das suas necessidades presentes e futuras, ou seja, que torne possível para as famílias a garantia da própria existência.

Tanto para os agricultores assessorados pelo Jupará quanto para os que não são, o emprego do manejo proposto pela entidade é avaliado como mais difícil e mais exigente em mão-de-obra, principalmente para repicar e amontoar o mato roçado durante a limpeza da área, onde serão implantadas as culturas. Ambos os grupos concordam que o preparo da área é realizado mais facilmente com a utilização do fogo. Alguns até afirmam, como já referido, a impossibilidade de produzir sem o uso de queimadas, mas admitem que a grande maioria das entidades, com as quais se têm relacionado, como Bancos, ONGs, IBAMA, é categórica em afirmar que não é mais permitido o desmatamento nem o uso de queimadas na região.

Mesmo estando o discurso de conservação ambiental presente nas falas de tais entidades, não foi observada nos assentamentos a existência de política pública governamental que incentivasse a troca das atividades

tradicionais por outras mais ambientalmente aceitáveis, ficando, para o agricultor, o dilema entre derrubar, queimar e ser punido pelas entidades de fiscalização ambiental, ou expor-se ao risco de passar fome. Dessa forma, as famílias têm optado em trabalhar, desrespeitando as demandas ambientais e as determinações legais.

Como pôde ser observado, durante o período em que a entidade de assessoria esteve atuando efetivamente nos assentamentos, foi crescente o número de famílias que adotou integral ou parcialmente, as atividades propostas. Esta observação levou à conclusão de que as famílias se mostraram dispostas a modificar suas formas de manejo, para outras mais ambientalmente sustentáveis, enquanto houve incentivos financeiros para adoção de tais práticas. Assim, a continuidade dos incentivos para adoção das novas práticas seria uma das ações imprescindíveis para as famílias mudarem suas práticas de manejo dos recursos naturais para outras mais sustentáveis do ponto de vista social e ambiental. Portanto, o manejo dos recursos naturais voltados para a satisfação da demanda pela conservação da Mata Atlântica requer uma atuação mais intensiva e contínua de entidades governamentais e não-governamentais, orientadas para o atendimento das demandas produtivas da população local, em uma escala crescente do ponto de vista da conservação ambiental, mas que, a princípio, estejam relacionadas com a segurança alimentar das famílias assentadas.

Para isso, são necessárias mudanças nas concepções ambientalistas, até então mais voltadas para o meio natural, inserindo-se as populações locais como parte da natureza a ser preservada, de forma que, as ações voltadas para a conservação ambiental, possam refletir positivamente, em melhoria das condições de vida destas famílias. Segundo esse ponto de vista, para o sucesso da campanha que visa a conservação dos remanescentes florestais, não basta apenas o estabelecimento de medidas punitivas ou proibitivas, incentivos negativos, mas sim de políticas abrangentes e incentivos positivos, principalmente créditos e assistência técnica, que possibilitem o acesso de um maior número de famílias às ações, que visam a conservação dos recursos naturais dos assentamentos.

Como afirmam GRAZIANO (1997) e ALMEIDA (1997), ainda falta muito para que se tenha uma organização no setor ambiental brasileiro. Faltam

políticas que incentivem a utilização dessas práticas. Para eles, é necessário que tais demandas venham a ser expressas pelos movimentos sociais que busquem colocá-las nas agendas dos governos, “tanto local, quanto estadual e federal” (grifo nosso). Faz-se necessária a presença do Estado na elaboração de políticas, no sentido da promoção de um padrão de desenvolvimento mais sustentável e que permitam uma maior inserção de pequenos agricultores na estrutura produtiva do país. Também são necessárias políticas que desenvolvam pesquisas no campo da ciência e tecnologia que visem melhor compreender os processos biológicos para uma intervenção diferenciada no que foi a Revolução Verde.

A implementação de políticas de conservação que visem mudanças nas práticas voltadas para a produção agropecuária representaria uma inversão na lógica produtivista implementada no país desde a década de 60. Naquela época, os ganhos de produtividade não levavam em consideração seus efeitos sobre a conservação dos recursos naturais não renováveis.

A demanda atual pela conservação ambiental, aliada à construção de um padrão de desenvolvimento sustentável, requer mudanças na estrutura produtiva e nas tomadas de decisões políticas, bem como, na formação de profissionais que irão intervir na sociedade. Dessa forma, ela requer uma nova concepção de ciência onde o ser humano não figure como o dominador da natureza, mas que seja ele mesmo, parte da natureza que precisa ser conservada. Por outro lado, as demandas pela conservação dos recursos naturais, não devem estar vinculadas aos interesses obscuros de agências internacionais que na maioria das vezes não levam em consideração as necessidades das populações locais.

A necessidade de conservação dos recursos naturais deveria estar inserida em projetos nacionais que tenham como objetivo o combate à fome e à pobreza nos países do terceiro mundo, sendo apontadas nesse sentido, pelos menos, três políticas imprescindíveis para sua consolidação: pesquisa, assistência técnica e políticas de crédito.

1) Pesquisa - À pesquisa científica, cabe um papel fundamental de sistematização e análise, de conhecimentos e experiências de associação entre produção e conservação de recursos naturais existentes, nesse e em outros países, e a sua utilização para produção de novos conhecimentos. A

associação de diferentes áreas do conhecimento poderia, através de pesquisas interdisciplinares, contribuir para a compreensão de fatos e fenômenos relacionados com essa demanda, que resultem em novas abordagens e em novas formas de produzir conhecimento. É necessário nessa nova concepção de pesquisa reconhecer o importante papel desempenhado por agricultores inovadores que a partir de suas necessidades, observações e experimentações desenvolveram sistemas produtivos ecologicamente viáveis e incentivam outros agricultores a adotarem essas práticas. Portanto, a ação da pesquisa deve ser desenvolvida na perspectiva de que esse empenho possa resultar em melhorias sociais, econômicas e ambientais, acessíveis a uma maior parcela da sociedade.

Essa proposta tem, em suas pretensões, a negação do uso e a apropriação, individualista e compartimentalizada, do conhecimento científico e da tecnologia, para a dominação do homem e da natureza pelo homem. Esse novo conhecimento estaria correlacionado à formação de novos profissionais, que atuariam junto às comunidades na implementação das mudanças.

2) Assistência técnica - diferente da assistência técnica convencional, sobretudo daquela que atuou na implantação da Revolução Verde, uma nova proposta não teria como finalidade a superação das práticas tradicionais com a reprodução de pacotes tecnológicos, mas sim, a promoção de intervenções técnicas e sociais fundamentadas no conhecimento da realidade local. Nesse sentido, os mecanismos de intervenção, antes de mais nada, deveriam respeitar as condições sociais, econômicas, culturais e ambientais das mais diferentes regiões do país. A nova concepção de assistência técnica teria papel importante a ser desempenhado na construção coletiva do conhecimento, na valorização do conhecimento empírico e nas experiências de vida e muitas vezes no resgate de práticas tradicionais, associando-as ao conhecimento científico, buscando-se dessa forma, a complementação desses conhecimentos através de processos educativos e participativos, na formação de uma consciência crítica em relação ao mundo. Portanto, a proposta de assistência técnica, na forma aqui concebida, buscaria contribuir para que os agricultores pudessem ser os atores sociais proponentes de mudanças nas atividades produtivas atualmente desenvolvidas, para outras, em padrões mais

ambientalmente aceitáveis, a partir da análise e compreensão de sua própria realidade.

De certa forma, uma nova concepção de assistência técnica teria o reconhecimento de práticas que já vêm sendo realizadas por todo o país por um grande número de organizações não governamentais - porém não todas -, como as mais adequadas, pelo menos, para a assessoria à pequena agricultura. Uma vez reconhecidas, tais práticas tenderiam a convergir para o fortalecimento da pequena agricultura dentro de um projeto de desenvolvimento nacional capaz de abranger o maior número possível de beneficiários e assim poderem agregar, às necessidades produtivas, as demandas pela conservação dos recursos naturais.

3) Políticas de crédito - essas políticas, correlacionadas com as anteriores, devem visar o incentivo à adoção de práticas ambientalmente sustentáveis, diferenciando-se das políticas de créditos até então aplicadas à agricultura brasileira. O critério para efetivação dos projetos produtivos não seria fundamentado apenas na lógica da sua viabilidade financeira, mas sim, em um conjunto de fatores, nos quais estariam inseridos critérios de sustentabilidade sócio-econômicos e ambientais. Essas políticas teriam como grande desafio serem implementadas por pequenos e médios produtores, a partir de uma inversão da lógica produtivista, em que a qualidade dos produtos gerados consiga ser expressa na sua relação com a manutenção dos recursos naturais e quem sabe, na sua valorização social, objetivando-se o aumento do número de pessoas que possam ter acesso aos benefícios dos esforços concentrados na conservação dos recursos naturais.

Dessa forma, a produção nos assentamentos, do ponto de vista ecológico, deveria contribuir para a melhoria da qualidade dos alimentos para a população como um todo e ser acessível a uma maior parcela da sociedade. Essa proposta se diferencia da idéia difundida entre grupos que, firmando uma proposta de desenvolvimento sustentável, tem implementado uma política de “capitalismo verde³²”, onde os produtos são acessíveis apenas a uma elite capitalizada. Nesse sentido, a idéia de conservação estaria buscando a

³² O termo é referente a diferentes estratégias que vêm sendo estabelecidas dentro da proposta capitalista (certificação orgânica, qualidade ambiental), que tem priorizado como público consumidor de tais propostas, apenas uma elite capitalizada.

superação da noção de que as demandas pela conservação ambiental são o resultado da imposição de países desenvolvidos, preocupados em garantir seus elevados padrões de consumo, estabelecidos em grande parte pelo esgotamento das suas reservas naturais. Esses países desenvolvidos estariam impondo aos países do Terceiro Mundo restrições ao uso de seus recursos naturais, procedimento que é definido por GUHA (2000) como uma política neocolonialista.

Historicamente, o conhecimento e as práticas tradicionais adotadas pela pequena agricultura, cuja prioridade é a garantia da produção de alimentos para o próprio consumo, é, sem dúvida, uma estratégia utilizada para sua manutenção diante do avanço do mercado capitalista. Não é possível negar que este padrão de agricultura esteja isento das variações dos preços nos mercados, mas sua relação com esse mercado se dá na forma mínima necessária para a troca entre os bens produzidos nos assentamentos, por bens que as famílias não conseguem produzir. As pessoas compram e vendem, necessitam de dinheiro, porém, a lógica dessa agricultura não é de acumulação capitalista, mas sim da manutenção de um padrão mínimo de subsistência onde uma das principais preocupações é a garantia de segurança alimentar.

Diante do observado nos assentamentos estudados é possível afirmar que, as propostas para um manejo sustentável dos recursos naturais não se aplicam de uma forma generalizada, ou seja, não existe um modelo. Elas devem atentar para as especificidades das condições sociais e ambientais das regiões onde estão sendo propostas. Ao observarmos o sucesso dos sistemas agroflorestais no assentamento Fortaleza viu-se que a proposta de conservação ambiental está diretamente relacionada como o tipo de intervenção que as famílias assentadas já vinham praticando desde as primeiras lavouras implantadas. Ou seja, as práticas de plantio do cacau e da seringueira em sistemas agroflorestais são possíveis porque o ambiente solo daquele assentamento favorece o desenvolvimento dessas culturas, e, por outro lado, essa prática segue o exemplo de um padrão produtivo que já tem sua eficiência comprovada na região.

No assentamento Cajueiro, por outro lado, o insucesso da proposta pode ser compreendido pela condição imposta aos agricultores de abandonarem as atividades que vinham praticando para experimentarem novas

práticas, sem que fossem buscadas alternativas para a implantação de lavouras de subsistência em moldes mais ambientalmente sustentáveis.

O estudo realizado não identificou a existência de estratégias que visassem estabelecer para essa área a implantação de cultivos adaptados às restrições impostas pelos solos do assentamento. Nesse caso ao invés de cacau e seringa, as experiências poderiam estar sendo realizadas com cajueiro, coqueiro e piaçava, entre outras. Mas, até que tais culturas pudessem responder às necessidades das famílias deveriam ser utilizadas práticas que permitissem as lavouras de subsistência e entre elas o cultivo da mandioca. Portanto, o insucesso da experiência no assentamento Cajueiro pode ser visto a partir do conflito entre os interesses pela conservação dos recursos naturais e a falta de alternativas para que as famílias pudessem contribuir para o atendimento dessa demanda.

De fato, ambos os assentamentos encontram-se em situação de abandono quando se refere as condições estruturais mínimas para o bem estar das famílias, as estradas estavam mal conservadas, as famílias não tem acesso a energia elétrica, não contam com assistência técnica e faltam políticas de incentivo as práticas de conservação ambiental. Portanto, adotam atividades que lhes permitem continuar sobrevivendo dentro das condições às quais estão expostos. Isso, leva a inferir que, para atender às demandas por conservação ambiental faz-se necessário que sejam atendidas também as necessidades básicas para que as famílias possam viver dignamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso a idéia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

ARRUDA, R.S.V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

BARRETO FILHO, H.T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma nação. In: WORKSHOP "SOCIEDADES CABOCLAS AMAZÔNICAS: MODERNIDADE E INVISIBILIDADE, 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2002.

BERGAMASSO, S.M.P. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processo de socialização. In: MEDEIROS, L.S. et al. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994.

BEZE JR., Z. Assentamentos rurais e aproveitamento do espaço agrário. In: ROMEIRO, A.R. **Reforma agrária: produção emprego e renda. O relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes /IBASE/FAO, 1994.

BRUMER, A., SANTOS, J.V.T. Tensões agrícolas e agrárias na transição democrática brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, 1997.

CASALI, B.L. **A piaçaveira desponta como cultura de destaque na economia da região do sul da Bahia**. [17 dez. 2002]. (<http://www.ceplac.ogr.br/picava.html>).

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE - CMMA. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CORBUCCI, R.C. Pequenas e médias propriedades rurais: estrutura fundiária e integração. In: SCHMIDT, B.V (Org.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: UNB, 1998.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELGADO, G.C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.

DIEGUES, A.C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGUES, A.C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A.C., MOREIRA, A.C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPUAB/USP, 2001.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

DULLEY, R.D., CARVALHO, Y.M.C. Uso do solo e meio ambiente nos assentamentos. In: ROMEIRO, A.R. **Reforma agrária: produção emprego e renda. O relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

FELIPIM, A. P. et. al. **Agricultura de pousio e controle ambiental**. In: DIEGUES A. C. e VIANA V.M. (orgs.) **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: NUPUAB/USP, 2000.

FERREIRA, J.L.R.F. **A mão-de-obra em fazendas de cacau, Ibirapitanga - BA, um reestudo**. Viçosa: UFV, 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1981.

GOHN, M.G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GONÇALO, J.E. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Planalto, 2001.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J.S. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: UNICAMP, Instituto de Economia, 1998.

GUHA, R. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

GUZMÁN, E.S. Origem, evolução e perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2000**. [21 jan. 2003]. (<http://www.ibge.gov.br>).

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS DO SUL DA BAHIA - IESB. [15 nov. 2001]. (<http://www.bdt.org.br/iesb/rebiu>).

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS DO SUL DA BAHIA - IESB. [21 jan. 2003]. (<http://www.iesb.org.br>).

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. [02 ago. 2002]. (<http://ibama.gov.br>).

JUNGSMANN, R. **Balanço da reforma agrária e da agricultura familiar - 1999**. [06 set. 2002]. (<http://www.incra.gov.br>).

JUPARÁ ASSESSORIA PARA O DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO DE COMUNIDADES RURAIS. COOPASB exporta cacau orgânico para Suíça. **Informativo Jupará**, Ilhéus, ano 3, n. 6, ago. 2002.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, 1998.

LEIS, H.R. Ambientalismo: um projeto realista utópico par a política mundial. In: VIOLA, E.J. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. Florianópolis: Cortez/UFSC, 1998.

MARTINE, G. (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas: UNICAMP, 1993.

MAY, P.H., ROCHA, R.B. O sistema agrossilvicultural do cacau-cabruca. In: LOPES, I.V. et al. (Org.). **Gestão ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MEDEIROS, L.S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, L.S. **Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões**. Rio de Janeiro, 1994. (Caderno Temático, 1).

MEDEIROS, L.S., LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA, 1999.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? In: _____. Movimentos sociais: questões conceituais. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 17, jun. 1989.

MOREAU, M.S. **Ocorrência, manejo, produtividade e canais de comercialização da piaçaveira (*Attalea funifera* Mart.) em Ilhéus, Una e Canavieiras – Bahia**. Cruz das Almas: UFBA, 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 1997.

OLIVEIRA, A.U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: EDUSP, 1999.

OSORIO SILVA, L. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, 1997.

PALMEIRA, M., LEITE, S. **Pesquisa sobre impactos regionais da reforma agrária. Relatório intermediário de pesquisa mancha sul da Bahia**. Rio de Janeiro, CPDA-UFRJ/NuAP-Museu Nacional/UFRJ, 2001. (Convênio NEAD/IICA/REDES).

ROCHA, L.M. Unidades de conservação e organizações não governamentais em parceria: programas de educação ambiental. In: PADUA, S.M., TABANEZ, M.F. (Orgs.). **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: IPÊ, 1997.

ROMEIRO, A.R. Renda e emprego: a viabilidade e o sentido da reforma agrária. In: _____. **Reforma agrária: produção emprego e renda. O relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

ROTHMAN, F.D., OLIVER, P.E. From local to global: the anti-dam movement in southern Brasil, 1979-1992. **Mobilization: An International Journal**, 1999.

SANTOS FILHO, J.I. **Otimização de planos de produção em fazendas de cacau sob condições de risco**. Viçosa: UFV, 1995. (Dissertação) - Mestrado - Universidade Federal de Viçosa, 1995.

SCHRER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SELLTIZ, J. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. New York: Holt Rinehart Winston, 1959.

SILVA, C.E.M. **Sustentabilidade ambiental e gestão do uso da terra: uma abordagem voltada aos assentamentos de reforma agrária**. [17 out. 2001]. (<http://www.dataterra.org.br/documentos/>).

TREVIZAN, S.D.P. Uma relação sociedade - natureza: a crise do cacau e o movimento social pela terra no sul da Bahia os anos 90. **Revista Brasileira de Sociologia e Economia Rural**, Brasília, v. 36, n. 3, 1998.

VEIGA, J.E. A insustentável utopia de desenvolvimento. In: _____. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Ampur e Hucitec, 1993.

VEIGA, J.E. O Brasil ainda não encontrou o seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. (Dossiê Desenvolvimento).

VIOLA, E.J. O movimento ecológico no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1987.

VIOLA, E.J., LEIS, H.R. O ambientalismo multisetorial no Brasil para além da ECO-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, E.J et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. Florianópolis: Cortez/UFSC, 1998.

VIVAN, J. **Agricultura e floresta: princípios para uma interação vital**. Guaíba-RS: Agropecuária, 1998.

WEBER, M. **Metodologias das ciências sociais**. São Paulo: Cortez/UNICAM, 1992.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS ENTIDADES (IESB, IBAMA, JUPARÁ)

Objetivo: Conhecer a entidade e saber de que forma ela atua na região, qual a relação que ela estabelece com os assentamentos e de que forma avaliam a presença destes próximos a Rebiu.

1. Quais são os trabalhos desenvolvidos por esta entidade no sul da Bahia?
2. De que forma se estabelece a relação/intervenção desta entidade com o assentamento.
3. Como essa entidade vê as práticas produtivas adotadas no assentamento?
4. Você vê alguma alternativa?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ASSENTADOS(AS)

Objetivo: resgatar a história de formação do assentamento; compreender a sua percepção de meio ambiente e de que forma ela está presente nas práticas produtivas; como e quais grupos de mediação atuam no assentamento, e qual relação estabelecida com a reserva.

1. Como ocorreu a formação do assentamento?
2. Quais entidades desenvolvem trabalhos no assentamento?
3. Na hora de produzir você acha que as pessoas têm preocupação com o meio ambiente?
4. Como se dá a relação entre o assentamento e a reserva?

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO

PROJETO DE PESQUISA

ASSENTAMENTOS RURAIS E REFORMA AGRÁRIA: O DILEMA ENTRE A LUTA PELA SUBSISTÊNCIA E A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NO ASSENTAMENTO CAJUEIRO NO MUNICÍPIO DE UNA-BA

Nº do questionário _____

Nome do entrevistado(a) _____

Estado civil: () Casado(a) () Solteiro(a) () Viúvo(a) () Outro

Tamanho do lote: _____

Estudou até que série: _____

Idade: _____

Quantas pessoas moram no lote? _____

1) Há quanto tempo mora no assentamento?

2) O Sr.(a) sabe como ocorreu a formação do assentamento?

() Sim () Não

2.1) Como?

3) Participa da associação?

☐ Sim ☐ Não

3.1) Como?

4) De onde vem a sua renda?

☐ Agricultura ☐ Trabalho fora do lote ☐ Aposentadoria ☐ Ajuda externa

5) Valor/ mês (R\$) _____

6) O que planta?

Cultura	Área plantada	Quanto produz (unid.)	Quanto vende	A quanto

6.1) Onde costuma vender?

☐ No assentamento ☐ Em Una ☐ Em Ilhéus

7) Quais atividades executadas no preparo da área?

☐ Derruba ☐ Aração ☐ Capina
☐ Queimada ☐ Gradagem ☐ Outros

8) Quantas ha costumam ser plantadas por ano?

☐ < 1 ☐ 1-2 ☐ 2-3 ☐ 3-4 ☐ > 4

9) Como são feitos os plantios?

☐ Separados ☐ Consorciados ☐ Agrofloresta

10) Usa adubação química na lavoura?

☐ Sim ☐ Não ☐

11) Usa inseticida?

☐ Sim ☐ Não ☐

12) Usa herbicida?

☐ Sim ☐ Não ☐

13) O que cria?

Espécie	Área	Quanto produz (unid.)	Quanto vende	A quanto

14) Onde costuma vender?

☐ No assentamento ☐ em Una ☐ em Ilhéus

15) Participa de alguma forma de trabalho coletivo?

☐ Sim Não ☐

15.1) Qual?

15.2) Para quais atividades?

16) Seu lote tem área de reserva?

☐ Sim ☐ Não

17) Caso tenha. Quantos ha?

18) Você adota alguma prática que visa a preservação do meio ambiente?

☐ Sim Não ☐

18.1) Quais?

19) Existe alguma nascente no seu lote?

☐ Sim Não ☐

19.1) Como ela é cuidada?

20) Quais tipos de plantas existem em sua reserva?

21) Quais espécies de animais silvestres você já viu no assentamento?

22) Tem algum tipo de assistência técnica?

☐ Sim Não ☐

22.1) De qual entidade?

22.2) Quantas vezes por mês/ano?

23) Já participou de algum evento sobre preservação ambiental?

☐ Sim Não ☐

24) Quem promoveu?

25) Ter um lote próximo à reserva biológica é:

☐ Bom ☐ Ruim ☐ Tanto faz

25.1) Por quê?

26) Como se dá a sua convivência com a reserva?

27) Existe algum espaço para discussão entre a entidade administradora da reserva e os assentados?

() Sim Não ()

27.1) Quantas vezes por mês/ano?

28) Você conhece alguma experiência que associa produção e preservação ambiental?

() Sim Não ()

29) Você acha que é possível preservar os recursos naturais e ao mesmo tempo garantir a produção no seu lote?

() Sim Não ()

29.1) De que forma?

30) Já obteve algum incentivo para adotar práticas de preservação ambiental?

() Sim Não ()

30.1) De quem?

31) Você acha que sua forma de produzir preserva o meio ambiente?

() Sim Não ()

31.1) Por quê?

32) Você vê alguma alternativa para aumentar a renda e preservar o meio ambiente?

() Sim Não ()

32.1) Quais?